

14 de Setembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 226
Director-Geral
Evaristo Mulaza



EXCLUSIVO

Monopólio das AAA terá custado ao Estado 2,5 mil milhões USD



CASO SÃO VICENTE. Dados internos da Sonangol a que o VALOR teve acesso revelam que o monopólio do seguro petrolífero, detido pelas AAA, terá custado ao Estado cerca de 2,5 mil milhões de dólares em 13 anos. Os cálculos têm por base a diferença entre os preços cobrados pela empresa de São Vicente e os preços médios de referência do mercado internacional. Pág. 10 e 11

LIMITES NA PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Angola desafia Arábia Saudita e volta a violar acordo em Agosto

Pág. 8



Capturas recuam no Namibe

Entre 2016 e 2019, a pesca industrial e semi-industrial, no Namibe, recuou 71% para 28,6 milhões de toneladas, em termos de capturas. E a associação local de pescas explica as quebras com as quantidades pescadas em anos anteriores e com alguma "influência climática". Pág. 8



70% dos avicultores estão falidos Pág. 9

JOÃO SEBASTIÃO TETA

"O maior crime que o país pode ter não é roubo de dinheiro, mas sim do conhecimento"

Págs. 4 a 7



O EMBARAÇO

O stress revelado pelo poder angolano na gestão do ‘caso 900 milhões’ tem explicações mais profundas do que tudo o que está à vista. A mais complexa sugere que João Lourenço não percebeu que, ao recusar um pacto de regime menos punitivo e mais produtivo, retirou também o sono aos protegidos de hoje do regime. Deixou-os intranquilos para sempre por uma infinidade de razões, mas há duas que se destacam em ordem do tempo.

Em primeiro lugar, quem está protegido nos dias que correm pode, a contragosto do poder, sentar-se no banco dos réus, por força da tensão popular e da pressão mediática. Porque, por muito arrogante que se mantenha, o poder tem de ter percebido que todos os anos tem, ao seu pé, uma população mais esclarecida e mais reivindicativa. E, tal como se viu desta vez, mal se tornou público que 900 milhões de dólares estavam congelados na Suíça, a massiva indignação popular expressou-se pelos receios de que tamanhos valores tenham sido desviados do erário. Mas também pelos sinais substantivos de que o poder teria tentado ocultar o caso, através de qualquer arranjo político. Quer pela trapaalhada que foi a reacção da Procuradoria-Geral da República, com chuvas de comunicados e aparentes mentiras e desmentidos à mistura. Quer pela convocação oportunista do Conselho da República para João Lourenço dizer que as auto-

ridades estão a agir com “discrição” no combate à impunidade. Coisa que, como ‘todas as mães sabem’, nunca ocorreu em relação aos casos mediáticos.

Não é, aliás, por exagero que a publicação suíça que revelou o congelamento dos 900 milhões tenha titulado um dos seus textos sobre o caso que o poder em Angola estava “embaraçado”. Com o procedimento criminal aberto em Luanda, São Vicente pode ser, definitivamente, o primeiro caso de um potencial protegido a embaraçar os cálculos da justiça selectiva. Até porque, como insinuam especulações de muito boa gente, caso se confirme verdadeiramente o ‘sacrifício’ do genro de Agostinho Neto, o mais provável é que ele tenha outros graúdos para apontar o dedo.

Resta mencionar a segunda razão que deixa os protegidos de hoje intranquilos no tempo. Se há uma certeza é a de que o futuro é necessariamente incerto para todos. Muitos dos poderosos do tempo de José Eduardo dos Santos e o próprio ex-Presidente são testemunhas disso. Isto ensina que quem o poder decidir proteger, a todo o custo hoje, como são os vários casos de conhecimento público, poderá sempre ter de ajustar contas, quando as circunstâncias políticas mudarem a seu desfavor. Ou, eventualmente, quando houver uma justiça com meios e independência incontestáveis para condenar quem comprovadamente tenha cometido crimes e mandar para casa em paz quem equivocadamente tenha sido acusado. Sem preconceitos.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

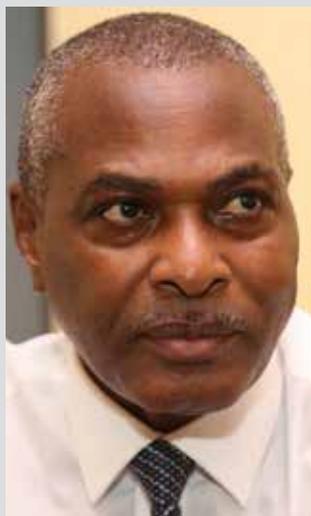
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ABEL CHIVUKUVUKU,
político

O PRA-JA foi chumbado pelo Tribunal Constitucional. Sente-se derrotado?

O Tribunal Constitucional já não é credível nem aqui nem no mundo. O país tem todas as condições para dar certo. Um país viável em grandeza e em termos de território. Temos uma população jovem, criativa e diversificada do ponto de vista multiétnico, racial e cultural. Porque a diversidade é riqueza. Um país com recursos humanos incomensuráveis.

Onde entra o PRA-JA?

O país só não dá por causa dos tipos de lideranças políticas que tem tido. Até porque deveriam conceber o PRA-JA como uma necessidade para ajudar a dinamizar a vida nacional. É uma novidade. O país tem de viver de novidades, de coisas diferentes, mas as nossas entidades têm medo do que é novo e criativo. Nós fizemos coisas inéditas.

Ainda acredita numa possível legalização do projecto?

Sou uma pessoa, por norma, conscientemente optimista, mas também não sou ingénio. Faço as coisas à medida do que pode resultar ou não, mas crio alternativas para a vida. E elas (alternativas) surgem quando for necessário.

TERÇA - FEIRA

Os membros do Conselho da República consideram não haver condições para realizar as primeiras eleições autárquicas como estava previsto para este ano, “por falta de condições”. Segundo a porta-voz da estrutura, Rosa Cruz e Silva, as eleições autárquicas serão realizadas no momento em que as condições permitirem.

QUARTA - FEIRA

A UNITA critica o adiamento das eleições autárquicas, inicialmente previstas para este ano, atribuindo a decisão ao receio de “uma derrota histórica” pelo partido no poder. Para o presidente do Grupo Parlamentar do ‘galo negro’, Liberty Chiaka, “o Governo falhou” com esta decisão.

QUINTA - FEIRA

O Standard Bank Angola informa, em nota, que a apreensão das participações sociais do empresário Carlos São Vicente pela Procuradoria-geral da República não afecta a operação diária nem a gestão executiva da instituição.



SEGUNDA-FEIRA

O Governo prolongou a validade dos vistos de turismo de curta duração ou de fronteira para até 31 de Dezembro deste ano, devido ao encerramento de fronteiras decretado a 20 de Março, para conter a pandemia da covid-19.

SEXTA - FEIRA

O Angosat-2, satélite angolano de comunicação geoestacionário, em construção pela Air Bus Defence and Space, estará concluído dentro de 21 meses, anuncia o director-geral do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional, Zolana João.

SÁBADO

A Polícia Fiscal Aduaneira, no Soyo, Zaire, apreende uma embarcação que transportava, entre outros produtos, 100 caixas de leite em pó e 20 de mortadela, para a República Democrática do Congo.

DOMINGO

O empresário Elias Chimuco, proprietário do complexo turístico que incendiou no Kuando-Kubango, declara que os danos materiais provocados pelo incidente e os prejuízos ascendem aos 50 milhões de dólares



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA SUCESSIVA...

O anúncio da OPEP sobre a queda global no consumo, estimado em 9,5 milhões de barris por dia, cuja recuperação será lenta no próximo ano, e a retoma da produção na Líbia influenciaram o início de semana em baixa. O Brent teve perdas de 0,6%, ao negociar as entregas para Novembro a 39,61 dólares. Na semana passada encerrou a 39,83 dólares. Já o WTI registou quedas de 0,07% para 37,26 dólares.



OURO, PRATA E COBRE SEGUEM POSITIVOS...

Em sentido contrário, estiveram o ouro, prata e cobre. O ouro começou a semana a ganhar 0,90%, ao negociar as entregas para Dezembro a 1.965,45 dólares por onça troy. A prata, por sua vez, registou um aumento de 2,18%, a negociar 27,442 dólares por onça troy, enquanto o cobre teve ganhos de 0,88%, ao negociar 3,0663 dólares por libra-peso.

Entrevista

JOÃO SEBASTIÃO TETA, EX-REITOR DA UAN

“Porque é que um expatriado, congolês ou maliano, quando chega aqui prospera? Sabe fazer contas”

O antigo reitor da Universidade Agostinho Neto e ex-secretário de Estado é crítico à forma como se transmite o conhecimento, concluindo que são essas lacunas que nos fazem depender do estrangeiro. João Sebastião Teta defende mudanças de práticas e de mentalidades. Detecta falta de investimento no ensino e na valorização do professor e crítica as universidades que “se tornam mercadorias”. E classifica como “o maior crime o roubo do conhecimento”.

riamente ao que muitos defendem, quem faz o ensino é o professor. A pergunta que se põe é: entre estudar numa sala com ar condicionado e todas as condições e um professor incompetente e uma sala debaixo da árvore com um professor competente, o que escolheria? É aqui onde está o problema. É preferível debaixo de uma árvore com alguém competente ao luxo com alguém incompetente.

E qual é a realidade angolana?
Infelizmente, há alguns anos, priorizámos o cimento em vez do conhecimento. E é o problema de toda África. Por exemplo, o facto de usar Mercedes não te torna mais desenvolvido do que quem não usa. O que fabrica a bicicleta é mais desenvolvido do que quem usa o Mercedes de última gama. Temos de começar a ter conhecimento e não usar as novas tecnologias e não sabermos manter e usar e, depois, ter de trazer um cooperante para vir trabalhar. Desse jeito não se está a resolver o problema. Estamos cada vez mais dependentes.

Ainda temos um caminho longo a percorrer?

Sim. Esse caminho não é tão longo assim, é longo em termos de mentalidade. Como dizia Einstein, é mais fácil desintegrar um átomo do que mudar uma mentalidade. É nessa perspectiva que o caminho se torna longo. Estamos dispostos a desconstruir as nossas crenças e formas? Infelizmente, a educação tornou-se como o futebol. Não, a educação tem de ser pensada, desenvolvida, projectada e aplicada, porque tem conhecimento nas várias áreas. A União Europeia estabeleceu 16 critérios e indicadores, mas com prioridades. Contrariamente a países africanos – e o nosso não foge à regra –, o primeiro indicador para a qualidade de ensino é a Matemática, porque é a ciência capaz de formar o indivíduo para que possa analisar e ter um raciocínio lógico e de forma numérica. Esta é a base de todas as ciências. Os países como os nossos, que foram colonizados em que a retórica significa ser intelectual, não descolam. Além do discurso, não há nada de concreto. E a prova é o seguinte, porque é que um expatriado, congolês ou maliano, quando chega aqui prospera? Porque sabe fazer contas. Segundo princípio, a leitura. Quando se vai a um país desenvolvido, vê-se nos autocarros e no

Por César Silveira

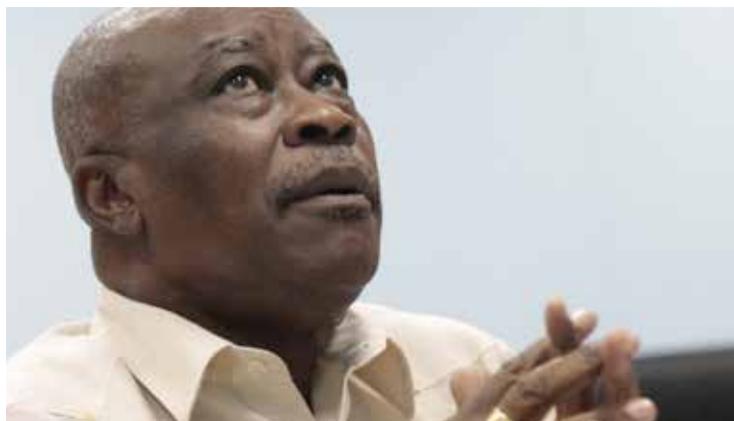
O que entende que sejam os pressupostos para um ensino de qualidade?

Esta tem sido a preocupação de todos os países, o ensino de qualidade, como garante para o desenvolvimento sustentável. O país que não tiver ensino de qualidade não tem desenvolvimento sustentável. Há três pilares fundamentais que sustentam o ensino de qualidade: ordem, disciplina e rigor. A ordem é a forma como sistematizamos os processos, por exemplo, temos uma legislação do ensino adequada às questões idiossincráticas dos nossos povos? Infelizmente, no nosso caso, temos também aspectos

culturais que influenciam a nossa forma de sistematizar as coisas. Será que culturalmente somos um povo que gosta de sistematizar as coisas ou fazemos aleatoriamente? Gosto muito pegar na kizomba, porque ela não é sistematizada, cada um dança à sua forma, mas todos se entendem.

Depois seguem a disciplina e o rigor...

A disciplina é a obediência de um conjunto de regras estabelecidas num dado contexto. Nós nem sempre queremos cumprir regras. Queremos facilidades. Há dificuldade de acabar com a impunidade. O rigor é a atitude e o compromisso de superação para se atingir a perfeição. Um ser humano desenvolvido tem de ser aquele que tem de se superar cada dia, não pode sentir-se satisfeito com aquilo que tem. Ensino de qualidade é aquele que transmite valores, para que o cida-



Mário Nijéles © VE

dão possa ser ordenado, disciplinado e rigoroso.

Em que estágio estamos nesses pressupostos?

O professor Carnaval dizia que não existe um governo ético, sem uma sociedade ética. Às vezes, temos a tendência de apontar o dedo para os outros sem olharmos quantos estão virados para nós. Nós ainda temos problemas muito sérios em

termos de ordem, sistematização do conhecimento, mas também temos problemas de transmitir. Os cidadãos em África são educados pelos pais, pela estrada, pela igreja e pelo meio. Quanto tempo é que os pais que trabalham têm para educar os filhos? Sai de manhã, leva o filho à creche ou à escola e volta de noite. Temos problemas de mentalidade que temos de mudar, mas a chave de tudo isso é o professor. Contra-

“*Infelizmente, as universidades foram feitas com a perspectiva de ganhar dinheiro. A educação tornou-se mercadoria, o Estado tem de mudar isso...*”

metro todos a ler. Hoje é verdade que há telemóveis, mas será que estamos a ler coisas com qualidade ou estamos a buscar fofocas? Quem não sabe ler e interpretar está perdido, não vale a pena. Matemática e leitura são os pressupostos para o desenvolvimento. O terceiro é a aprendizagem de língua estrangeira. Temos de interiorizar que português não fala ciência. A ciência é em inglês. Os moçambicanos estão melhores do que nós, pela proximidade com a África do Sul. A China é o país mais populoso do mundo, podia ter um ensino no qual podiam ter as suas revistas em mandarim e fazer a sua própria ciência, mas não. As universidades têm de publicar em revistas norte-americanas e ou inglesas e em inglês para serem consideradas universidades de top.

Como estamos em relação a estes três critérios?

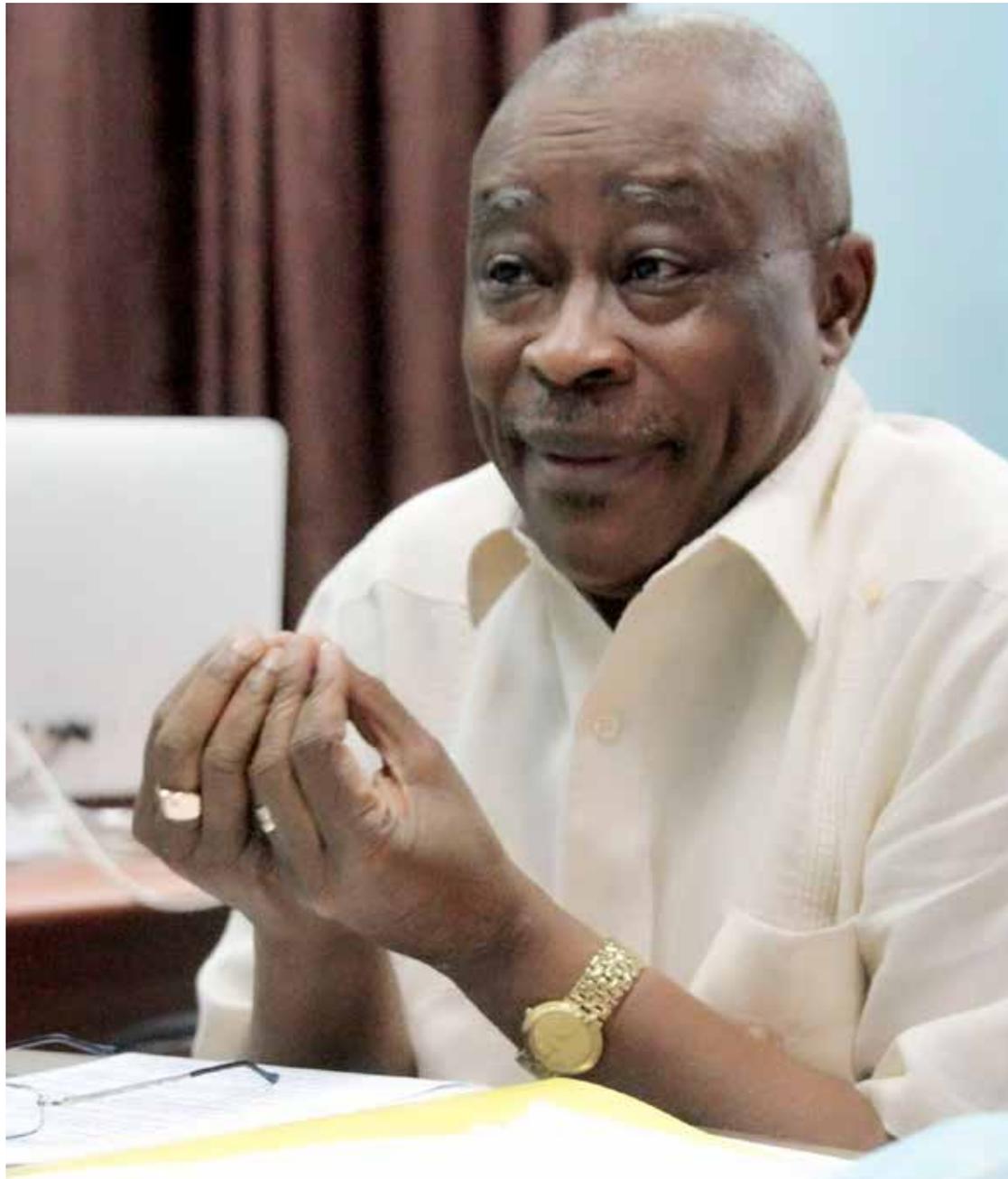
Em termos de Matemática, estamos mal. Em leitura, o caso é catastrófico. Todo o mundo está a falar de escrever. Não! Primeiro ler e interpretar. Porque escrever, já existem mecanismos para fazer correcção do texto.

O Presidente lançou o desafio de se apostar no ensino do Inglês. Tem havido algum investimento?

Angola e África, no geral, têm muitos desafios e a covid-19 veio desestruturar muito as nossas intenções. A pandemia fugiu um pouco de muitos objectivos que tínhamos para tratar o bem maior que é a vida. Não podemos chorar pelo leite derramado. Mas é verdade que se tivéssemos apostado num ensino de qualidade, até o combate à covid-19 seria feito com conhecimento de causa. Não existindo isso, temos de recorrer permanentemente à caridade dos outros, aos ventiladores dos outros, máscaras dos outros, conhecimento e recomendações dos outros, estamos sempre dependentes dos outros. Mas a chave é o professor. Se não for valorizado, podemos ter os melhores programas, melhores salas de aulas, mas nunca chegaremos lá. Não estamos a valorizar os professores. Como professor catedrático, o meu salário é três vezes mais baixo do que de um funcionário do Ministério das Finanças.

O que pensa do surgimento de muitas instituições do ensino universitário?

Muitos países passaram por isso. O



aparecimento de muitas não é mau. É um processo. Mas esse processo tende a melhorar. Infelizmente, as universidades foram feitas com a perspectiva de ganhar dinheiro. A educação tornou-se mercadoria, o Estado tem de mudar isso, mas tem de fazer avaliação. Os problemas das universidades não são administrativos.

Que avaliação faz do tempo em que foi reitor da UAN com o que é feito actualmente?

Na academia, gostamos que outros nos avaliem. Os paradigmas mudaram muito, se é para o bem ou para o mal, não sei. A partir do momento em que se acabou com o processo democrático na universidade, as coisas mudaram muito. Mas também a eleição não pode ser um objectivo em si mesmo. Às vezes comete-se o erro de sair de oito para 80, a falta de eleição não pode ser substituída por mera elei-

Não estamos a valorizar os professores. Como professor catedrático, o meu salário é três vezes mais baixo do que de um funcionário do Ministério das Finanças.

ção, porque as eleições podem legitimar uma ditadura. Fui eleito reitor da UAN, tinha consciência de que se eu não trabalhasse bem naquele ano, a assembleia da UAN podia reunir-se e destituir-me.

Voltar para o modelo da eleição não é necessariamente urgente?

É preciso, mas não eleger por eleger. É preciso que haja o senado universitário e a assembleia, onde o reitor preste contas semestral e anualmente. O reitor tem de ter um projecto de universidade. E não é só aprovado pelos académicos, mas também pelo Governo, porque será o Estado a financiar. A primeira coisa que fiz depois de eleito foi contactar as entidades máximas do país e mostrar os meus projectos. E criou-se uma comissão entre os ministros do Planeamento e Finanças e o reitor para se encontrarem mecanismos e poder se implementar o programa do reitor. Foi assim

que o salário do docente saiu de 50 para os 1.500 dólares.

Conseguiu cumprir com o programa?

Sim. 90% conseguiu-se implementar. Foi a primeira vez que se começou com o processo de investigação científica, agregação pedagógica, outorga, entrega de diplomas entre outras praxes académicas. Mas tudo isso tem de ser cultivado. Nós, africanos, temos de aprender que um país se faz construindo pedra sobre pedra e não pedras sobre nada.

Sente que há algum trabalho que deixou que foi destruído ou subaproveitado?

Não quero falar sobre isso. Mas isso constata-se com alguma tristeza. Por exemplo, a nossa perspectiva era fazer a expansão do ensino superior, criar universidades, mas não administrativamente. Era um crescimento de acordo com o desenvolvimento científico. Era assim que nas províncias se começava com núcleos, depois centros e só depois é que se podia evoluir para universidade.

Já foi anunciada a extinção das regiões académicas e a criação de três novas universidades. Concorda?

Sou daqueles que acha que antes de se fazerem as coisas, e espero que se tenha feito, é preciso reflectir, pensar, conceber, projectar, implementar, verificar e avaliar. Temos de responder às perguntas: com quem vamos fazer as universidades, onde, como e com que recursos? Sobretudo hoje, porque temos outros desafios. Já não é o professor do antigamente, é um professor que sabe lidar com as novas tecnologias. São desafios tão grandes que ainda não estão definidos e que precisam de ser bem estudados.

Falou da possibilidade de fusões entre universidades, sobretudo privadas. É um caminho necessário?

Há coisas que não se reinventam. A roda já foi inventada, podemos é melhorar o seu desempenho. Se quisermos fazer parte dos 'rankings' das melhores universidades do mundo, temos de ir buscar indicadores. Por exemplo, fundamental é saber a quantidade de doutores que há na universidade. Quantos doutores formamos?

Teve passagem por vários países,

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5



Mário Mujetes © VE

nunca foi tentado a ficar num deles? Fui tentado. No país onde fiz o doutoramento, fui aliciado a leccionar por lá. Modéstia à parte, nem todos têm o privilégio de serem escolhidos para dar aulas no estrangeiro. Fui o primeiro angolano doutorado em informática. Mas tive outra consciência, porque sabia que não estudei à custa dos meus pais, mas sim do Estado. Quando cheguei, tive a responsabilidade para informatizar as eleições de 1992.

Naquela altura, aliás, até se dizia que os irmãos Teta ajudaram a fazer a fraude...

A ignorância é atrevida. O pessoal tem de ir buscar a história e ler. Primeiro, o sistema informático que foi desenvolvido não era para dar resultado, era apenas tendência. E os resultados não saem do sistema informático. Em 1992, enquanto decorriam as eleições, vieram especialistas norte-americanos que declararam que se houvesse fraude, seria noutras áreas e não na informática. Há sempre desconfiança quando são os angolanos.

Mas essa desconfiança foi sobretudo por serem do MPLA...

Sou do MPLA com muito orgulho. Mas, quando se vê alguém por ser da UNITA ou apartidário, não os torna mais ou menos competen-

tes. Tenho uma honra, dignidade e nome a defender. É um mito que se levantou.

Faz parte de um grupo que criou um sistema para rastrear a covid-19?

Sim. Aqui na Uninet concebemos o projecto Sirac (Sistema de Rastreo Automático da covid-19). Começámos a conceber quando foi decretado o estado de emergência. Foi concebido por nós e desenvolvido por uma empresa angolana privada. Foi concebido por angolanos e testado por nós e serviu para Angola e para o mundo. Por isso é que a Faculdade de Medicina entra.

Em que estágio está o sistema?

Fizemos os testes e depois apresentámos ao Governo. Recebemos as felicitações e também nos foi dito que é um instrumento importante para o Minsa e que nos vão contactar assim que possível. O importante é que temos a consciência limpa de que estamos a contribuir e não estamos de braços cruzados perante a pandemia.

Mas a urgência da pandemia não exigiria respostas urgentes para estes projectos?

Em todo o caso, deixa de ser um problema meu ou nosso. O mais importante é que apresentámos o

O informático das eleições de 92

João Sebastião Teta nasceu no Uíge em Dezembro de 1956. Doutorado em Ciências Técnicas desde 1999, foi Reitor eleito da UAN entre 2002 e 2010. Detentor de várias distinções, entre as quais, Maiores Intelectuais do Século XX, do International Biography Centre of Cambridge, em 2008. Desde 2012 é director da UniNet, Centro de Estudo e Investigação Científica e Formação Avançada em Sistemas Informáticos e de Comunicação. Neste âmbito, coordena desde Março o Projecto de Rastreo Automático da Covid-19 no quadro.

que os angolanos com recurso próprios são capazes de fazer. Mas talvez eu tenha só a visão da árvore e o governo a visão da floresta.

Não se sente frustrado caso o sistema não seja usado?

Eu, pessoalmente, não. Mas os jovens que estiveram envolvidos nisso, muitos deles estudantes do

4.º e 5.º anos, voluntários de engenharia informática que dedicaram o seu tempo para aprender alguma coisa, claro que se sentem um pouco frustrados. Mas espero que não seja bem assim e espero que não cheguem a pensar que não vale a pena pensar e esperar que as soluções venham de fora e fiquem refastelados à espera dos seus salários.

A pandemia vem mostrar a importância do ensino à distância, um recurso nunca tão valorizado no país...

É mais uma dessas questões que me entristecem. Antes de sair do meu mandato como reitor, em 2008, criámos o primeiro centro de ensino à distância. A nossa visão era que o futuro seria do ensino à distância através das plataformas informáticas e era o terceiro melhor centro do país, com o financiamento do Banco Mundial.

Quanto é que se investiu?

Cerca de 200 mil dólares. Naquele tempo, em que o dinheiro jorrava, não era muito dinheiro, talvez por isso não se levou muito a sério. Há uma lentidão na percepção da importância das tecnologias de informação para a melhoria da qualidade de ensino, então há um atraso legislativo. Se esse corredor

for também burocrático, até acordarmos, os outros já estão noutra tipo de ensino. Temos de desconstruir as formas de ensino e reaprendemos novas formas que estão nas tecnologias de informação.

E agora sente que será uma realidade?

Temos um longo caminho a percorrer. Se ensinarmos o professor, fazendo um programa de uso de ferramentas, esse professor vai estar capacitado para formar alunos. Porque hoje é a covid-19, amanhã ninguém nos garante que não vai aparecer a covid-23, é hora de sairmos de um ensino tradicional para um ensino diferente.

Entende que há essa percepção por parte do Governo?

Quando se fala do Governo parece que o Governo é de outro planeta. Tenho a certeza de que todo o membro do Governo tem sensibilidade e não pode ser diferente. A covid-19 apanhou todos de surpresa. Até os países que cantaram vitória, estão a ver uma forma de confinar outra vez. Temos de começar a ver a forma de conviver com a pandemia. Não podemos imitar a realidade dos outros. Se não tivermos um modelo, corremos o risco de estar a improvisar sempre. Não podemos dizer que alguém no mundo não tenha consciência da covid-19.

O que lhe parece a fusão dos ministérios da Tecnologia e da Comunicação Social?

Não sei. Às vezes, a visão que se tem sobre a árvore não é a mesma que se tem sobre a floresta. É um desafio muito grande. Em termos de optimização de recursos, é mais fácil juntar ou unir pessoas. Talvez o contexto obrigue a centralizar, mas talvez quando estivermos noutra realidade venha a mudar...

Enquanto secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, liderou a criação e implementação do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2015/2016. O que é feito desse plano?

Foi bom que, no nosso tempo, conseguimos aprovar a Política Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, foi aprovada a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação e o Mecanismo de Coordenação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação. Esses instrumentos eram importantes para se ter o plano nacional, que era o

“O imediatismo é de tal ordem que queremos ir buscar o produto acabado, não temos paciência. É um atentado à soberania digital.”

mecanismo para angariação de fundos para a ciência, através de projectos credíveis e verificáveis. Não foi implementado por razões que ultrapassam os meus conhecimentos. As prioridades são tantas, que as ciências ficaram para as próximas núpcias, quando devia ser o contrário.

Quando Angola decidiu investir no satélite, houve muitas críticas sobre se era ou não um investimento prioritário...

Nós, os académicos, temos uma mentalidade cartesiana e, muitas vezes, não somos compreendidos. Só que fomos educados a duvidar, mas é pôr em dúvida para melhorar e não denegrir. Em tudo o que o homem faz tem de planificar, saber o quê, para quê, porquê e para quem e com quem? E qual é o resultado esperado. Se esses estudos foram feitos ou não, não tenho ideia. Enquanto se ia construindo o satélite, estavam a formar-se quadros, porque a aberração seria se não se formassem quadros. O que é discutível é se devia ser aquele satélite ou não, para alguém que está a iniciar. O Gana e a África do Sul têm investimentos nessa área, mas nós não. Talvez parte desse dinheiro se fosse investido na universidade para começarmos a lançar pequenos satélites, a evolução seria mais natural, mas não sou especialista nessa área.

Estamos em véspera de termos mais duas operadoras de telefonia móvel...

O problema não é do número. O que quero ter são os efeitos. Se der para 20, qual é o problema? Se for rentável e melhorar a qualidade da internet... É importante a soberania digital. Estamos a entrar para um mundo onde as fronteiras vão ser digitais, estamos distraídos. O mais importante são os homens. A pergunta é quais são as empresas que operam no nosso país?

Quando fala da soberania digital, posso entender que considera melhor que as empresas sejam de angolanos?

O meu problema não é o dono, porque até pode ser estrangeiro, mas sim o técnico. Não devemos ficar preocupados com o dinheiro, se tivermos o conhecimento, depois ficamos também com o dinheiro. Conhece algum estrangeiro que abriu uma universidade ou escola? Quanto mais limitado for o seu povo em termos de conhecimento,

É importante a soberania digital. Estamos a entrar para um mundo onde as fronteiras vão ser digitais, estamos distraídos. O mais importante são os homens.

Em 1992, enquanto decorriam as eleições, vieram especialistas norte-americanos que declararam que se houvesse fraude, seria noutras áreas e não na informática.

melhor para o estrangeiro, porque ele vai trazer até a mão-de-obra. Essa é a minha preocupação, o roubo do conhecimento. O maior crime que o país pode ter não é roubo de dinheiro, mas sim do conhecimento.

Sente-se devidamente aproveitado, enquanto engenheiro?

Fui muito bem aproveitado, porque mandaram-me para outras funções. O país espremeu-me à medida do possível. Agora, os informáticos são subaproveitados. Aposto que não existe aqui um sistema comercializável que não tenha a mão do estrangeiro. Os africanos não estão preparados para valorizar outro africano. O imediatismo é de tal ordem que queremos ir buscar o produto acabado, não temos paciência. É um atentado à soberania digital. O meu papel é fazer o que estou a fazer agora. Foi o que fiz com o Sirac.

Além do sistema das eleições de 1992, quais são os outros em que participou?

Depois das eleições, o primeiro sistema informático implementado da DEFA foi desenvolvido por nós. Antigamente, para fazer uma chamada para o exterior tinha de se ligar para a operadora. Até o sistema de comunicação e informação da Presidência também foi feito por nós.

Tem noção de quanto exportamos em divisas em prestação de serviços informáticos?

Todos os bancos de Angola têm o sistema todo feito no estrangeiro. Quando ficamos sem sistema é porque, às vezes, não se pagou o que se deve ao engenheiro e ele bloqueia o sistema.

E é possível fazer aqui?

Claro que é possível. Como não temos experiência, essas empresas deviam vir experimentar aqui para passar o 'know-how', porque também temos de reconhecer as nossas fraquezas.

O Ministério do Comércio decidiu não dar divisas para importar determinados produtos. Defende uma solução semelhante na contratação dos serviços informáticos? Essa seria a primeira medida de soberania digital. Não importar nenhum sistema e mandar fazer aqui.

E não se corre o risco de termos problemas?

E agora com a comida não vamos correr riscos? Há angolanos e jovens que podem aprender. O Estado devia obrigar as tais empresas a ter parceiros nacionais, capazes de desbloquear, sem necessidade de depender da China ou do Brasil para melhorar o sistema.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 22:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Economia/Política

ENTRE 2018 E 2019, A REDUÇÃO É DE 41%

Capturas no Namibe reduziram 71% em quatro anos

PESCA. Depois de em 2016 se pescarem mais de 98 milhões de toneladas, em 2019 a cifra foi de pouco mais 28 milhões de toneladas.



“Alguma influência climática, que não é de grande mota e a outra tem que ver com a quantidade de sardinha que foi pescada em anos anteriores, este recurso não podia aguentar, houve um sobre esforço nesta espécie e agora tem estado a faltar”, explicou.

Acrescentou que a ausência da sardinha tem estado a obrigar as armadilhas a deslocarem-se para zona cada vez mais distantes. “A sardinha, inicialmente, pescávamos aqui a sul, no Tombwa, foi escasseando, depois na Baía dos Tigres, foi escasseando. As embarcações foram andando para o norte. Bentiaba, falhou. Começou-se a pescar mais para os lados de Benguela, nada. Kwanza Sul e depois Barra do Kwanza. Portanto, neste momento não há sardinha”, salienta.

Jorge Hilário apela para a necessidade de maior fiscalização no sentido de evitar-se a violação do período de pesca de espécies como o carapau e a sardinha e, sobretudo a pesca de peixe miúdo.

A sardinha tem percurso diferente do carapau, vem do golfo da guine, vem do norte para o sul. Se houver um reforço da sardinha nos congos também não chega tanta quantidade aqui.

Entretanto, em termos da variação percentual da captura das espécies, a maior redução registou-se na pesca da cavala, foi de 43%, passando de 5.638.995 para 3.201.879 toneladas. A sardinha aparece imediatamente a seguir com um registo negativo de 42,9% ao passar de 38905720 para 22183046 toneladas.

Já a captura do carapau reduziu cerca de 23%, passando de 34.73.751 para 2.666.156, enquanto a captura do taco-taco reduziu 31% ao passar de 182.436 para 125.410 toneladas.

41

Porcento, taxa de variação, negativa, de captura em 2019 face a 2018

resultou de um recuo de 13,5% face as 98.921 209 toneladas capturadas em 2016. Tendo este ano como partida, nos últimos quatro anos as capturas no Namibe reduziram 71,1%.

O presidente da associação de pescas do Namibe, Jorge Hilário, aponta duas razões para justificar a queda nas capturas.

Por Redacção

A captura da pesca industrial e semi-industrial no Namibe registou um recuo de 41%, em 2019, passando de mais de 48,4 milhões para cerca de 28,6 milhões toneladas, de acordo com dados preliminares da Associação Provincial da Pesca a que o VALOR teve acesso.

É o terceiro ano consecutivo a registar-se quebras nas capturas da província, depois de em 2018 recuar 43,3% face a 2017, ano em que foram capturadas 85 527 808 toneladas. Esta cifra, por sua vez,



CORTE NA PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Angola ignora ameaça da Arábia Saudita e volta a desrespeitar acordo

Angola voltou a produzir, em Agosto, acima da quota a que tem direito no âmbito do acordo de corte da produção alcançado em Abril pelos parceiros da OPEP+, apesar da ameaça da Arábia Saudita de inundar os clientes da produção angolana com petróleo a baixo preço.

De acordo com os dados da OPEP, referindo-se a fontes primárias, a produção média diária de Angola foi de 1.266 mil barris, menos nove mil barris comparativamente à produção de Julho, e mais 11 mil barris por dia, comparativamente à quota atribuída de uma média diária de 1.249 mil barris entre Julho e Dezembro.

O incumprimento vai ao encontro de depoimentos de altos quadros do sector dos petróleos ao VALOR na sequência do destaque da edição 225, ressaltando o posicionamento da Arábia Saudita.

“A Arábia Saudita sabe que não poderá fazer isso, porque a venda do petróleo de Angola é feita através de acordos de longo

prazo”, assegurou um responsável do Ministério dos Petróleos, justificando a confiança com o “acordo de longo prazo com a China, que compra mais de 60%, para pagamento da dívida”.

“A China sabe que não pode deixar de comprar o nosso petróleo porque senão não pagamos a dívida”, acrescentou. Questionado sobre a quota destinada para outros clientes, a fonte volta a reforçar a confiança de Angola, sublinhando que “parte considerável do petróleo do Estado vai para pagamento”.

A fonte garante não existir o risco de as companhias que operam no país serem prejudicadas caso a Arábia Saudita avance com a promessa “porque as companhias não têm nada que ver com o posicionamento do Estado”.

Angola está obrigada não só a cortar na produção no sentido de alcançar a quota determinada pelo acordo, como também compensar o excesso da produção desde a entrada em vigor do acordo em Maio. Nos dois primeiros meses, deveria produzir 1.180 mil barris por dia, mas produziu sempre acima desta cifra. Em Maio, produziu, em média, 1.222 mil barris e, em Junho, 1.230 mil barris.

O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS confirma a participação de Angola na iniciativa do G20, tendo assinando o Memorando de Entendimento com o Secretariado do Clube de Paris G20/ DSSI, a 31 de Agosto de 2020. Dá ainda conta de que se está a trabalhar no processo de implementação de suspensão da dívida com todos os credores bilaterais soberanos.

PRODUTORES TÊM PROPOSTAS PARA O MINISTRO DA ECONOMIA

Cerca de 70% dos avicultores falidos

PRODUÇÃO NACIONAL. Líder dos avicultores alerta para a possibilidade de haver uma diminuição considerável de ovos dentro de três meses, devido à dificuldade no acesso a divisas.

Por Manuel da Cunha

Cerca de 70% dos 120 avicultores angolanos, que representam uma capacidade instalada de três milhões de aves e uma produção diária de 2,5 milhões de ovos, encontram-se em situação de falência técnica. Os dados são de Rui Santos, presidente da Associação Nacional dos Avicultores de Angola (Anavi) que, desta feita, confirma o cenário estimado, também ao VALOR, em Maio deste ano, pela vice-presidente da mesma associação, Maria José.

“Se não houver uma intervenção governamental dentro de três meses, o mercado corre o risco de ficar sem uma parte considerável de ovos de produção nacional”, sublinha Rui Santos, que aponta “as dificuldades no acesso a divisas para efectuar as importações de matéria-prima” como a principal causa da crise que o sector atravessa.

“A burocracia na banca, tanto a nível central como local, susceptível de ser rapidamente suprimida, deve ser imediatamente banida, caso contrário, a nossa actividade deixará de existir”, alerta Rui

Santos. De acordo com o representante da Anavi, o mercado carece de bagaço de soja e de premix (conjunto de vitaminas e minerais), produtos que, na sua maioria, são importados da África do Sul, Portugal, Bélgica, Argentina e Uruguai e que sem os quais se torna “impossível a produção de ovos”. A situação, segundo explicou, está a provocar uma elevada taxa de desemprego, essencialmente em Luanda, Benguela, Huambo e Lubango, cidades onde a procura

do ovo é maior. “Todos os dias recebemos notícias de avicultores que ficaram sem trabalho”, garante Rui Santos.

CONVITE AO MINISTRO

A direcção da Anavi pretende convidar o ministro da Economia e Planeamento para discutir a “maior crise de sempre” e “poder inverter a situação”, anuncia Rui

Santos. Caso Sérgio Santos aceite o encontro, o representante dos avicultores também propõe discutir sobre o desafio do ministro aos produtores para a produção de carne de frango, de forma a reduzir as importações que, em 2018, custaram 227 milhões de dólares (140 mil milhões de kwanzas). Na perspectiva de Rui Santos, a proposta do ministro da Economia e Planeamento deve ser “bem pensada e planeada” antes de passar para a execução, tendo em conta os investimentos financeiros. “Não se deve avançar sem um bom plano”, argumenta. “Temos de fazer um estudo profundo e aturado para ver se somos capazes de produzir carne em grande escala”, insiste.

Admitindo como “justas” muitas das críticas feitas à ineficiência da produção de ovos – designadamente, o facto de o país ainda ter de importar determinados produtos – o líder dos avicultores receia que o plano do ministro seja inaplicável a médio prazo. “Se temos dificuldades em produzir ovos, teremos muito mais em produzir carne de frango, porque, quando interrompida, se perde tudo. Não é como fazer uma obra de construção civil, em que se pode interromper por largos meses”, avisa.



2,5

Milhões de ovos, produção diária estimada dos associados da Anavi

CRIA CERTIDÃO DE NÃO DEVEDOR

AGT
simplifica
procedimentos



Administração Geral Tributária (AGT) passa a emitir, em apenas 24 horas, a certidão de ‘não devedor’, revela instrutivo da AGT assinado pelo PCA Cláudio Paulino dos Santos, avançando que “a medida vem clarificar e uniformizar os procedimentos aplicáveis ao processo de solicitação tanto do ‘não devedor’

como da ‘cessão da actividade de contribuintes’”.

O documento indica ainda que “sempre que o serviço regional tributário não se pronuncie sobre a situação do contribuinte no prazo das 24 horas, por dificuldades de comunicação e outros constrangimentos, a repartição fiscal deve emitir a certidão de

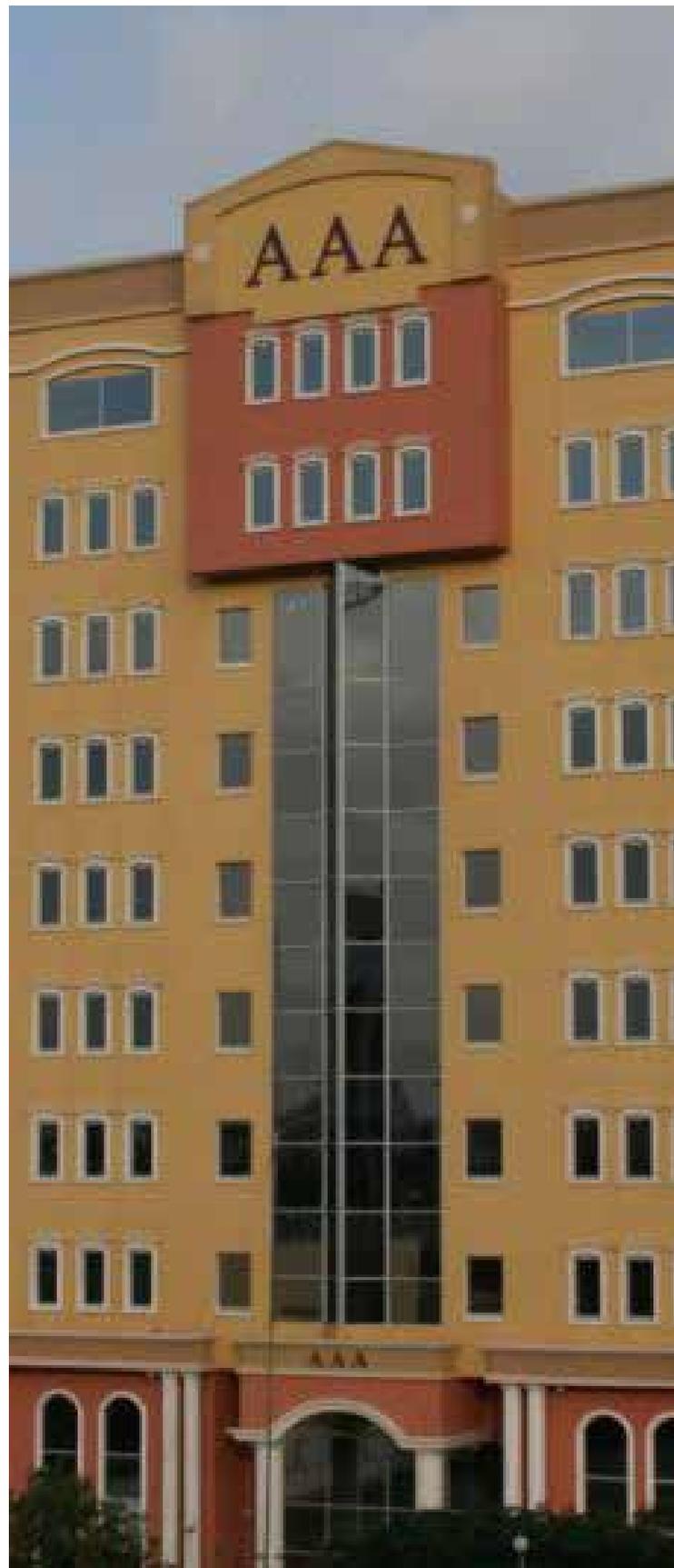
não devedor, exarando, posteriormente, uma notificação nos casos em que a alteração da situação tributária justifique.

“Nesses casos, o contribuinte não fica isento de inspecções tributárias a executar, nem de outras dívidas ou obrigações que possam ser apuradas em momentos posteriores”.

Mercados & Negócios

EXCLUSIVO

Monopólio das AAA terá custado ao Estado mais de 2,5 mil milhões de USD



CASO SÃO VICENTE. Comparações a preços de referência no mercado internacional revelam diferença de 74% só nos custos de 2016 com o seguro petrolífero. Estado ainda tem por exigir esclarecimentos sobre a passagem de acções de uma subsidiária da Sonangol a entidades privadas.

Por César Silveira

O monopólio do seguro petrolífero, que as AAA detiveram durante cerca de 13 anos, terá custado ao Estado cerca de 2,5 mil milhões de dólares, de acordo com cálculos do

VALOR, com base na diferença entre o custo com os seguros das AAA e o benchmark do mercado internacional.

Em 2016, por exemplo, a soma dos seguros dos blocos petrolíferos (18 no total) foi de 258.362.918, enquanto o benchmark fixava este valor em cerca de 67.898.449, um gap de cerca de 74%.

Neste ano, as AAA perderam o monopólio para um co-seguro liderado pela Ensa e o

custo com o seguro do mercado petrolífero reduziu cerca de 59% para 104,8 milhões de dólares.

A Sonangol, entretanto, continuava a acreditar na possibilidade de aproximar o custo ao benchmark do mercado internacional, conforme defendia o conselho de administração numa carta enviada ao então ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos.

Na ocasião, a Sonangol informou que havia realizado uma pes-

O DEPOSITO BIC CRESCE +, do Banco BIC, registou um total de 12,5 mil milhões de kwanzas em depósitos no primeiro mês. Destinado a particulares e empresas, foi lançado em Agosto e resume-se no depósito a prazo com período de 90 ou 180 dias, permitindo o pagamento antecipado dos juros no dia seguinte à subscrição do depósito e a cada 30 dias.

quisa internacional que “permitiu identificar uma enorme disparidade entre o valor praticado pela anterior líder do co-seguro (AAA) e o valor considerado como justo pelo mercado segurador internacional”, acrescentando que existia “ainda margem para que os prémios de seguro actualmente em negociação pela Ensa sejam revistos em baixa de forma a aproximá-los do custo justo das coberturas contratadas”.

“O conselho de administração continuará assim a desenvolver todas as iniciativas ao seu alcance para assegurar, ainda durante 2017, uma redução acentuada dos prémios a pagar com vista a garantir uma alocação de recursos justa e transparente com benefício directo para o desempenho da Sonangol E.P. e, em última instância, do próprio Estado”, lê-se na carta.

De acordo com documentos consultados pelo VALOR, a Sonangol recebeu da Ensa garantias de que o seguro, em 2017, baixaria para 95 milhões de dólares face aos mais de 104 cobrados em 2016.

“Tendo em atenção os pressupostos de comparabilidade, bem como o esforço de redução de prémios ora demonstrado pelo mercado ressegurador, vimos solicitar a aprovação da nossa proposta de fixação do volume global de prémios em USD 95.377.684,00, que se afigura equilibrado para a cobertura dos riscos petrolíferos do ano de 2017”, escreveu a Ensa para a petrolífera.

O CUSTO POR BLOCOS

Olhando para os custos por projectos e ou blocos, constata-se que, com a saída das AAA, a maior poupança registou-se no projecto LNG, cerca de 91%, passando de 4.641.396 para 433.820, seguindo-se os 76% poupados no custo com os seguros no Bloco 15, que passou de 27.122.064 para 6.543.781 milhões de dólares. Já no bloco 17, o mais produtivo do país, a poupança foi de 63% com o custo a passar de 76.746.209 para 28.114.946 milhões de dólares.

“Os números correspondem, mas é preciso ter em atenção uma questão importante. Em muitos casos, conseguimos baixar não por termos feitos preços muito inferiores, mas apenas porque ajustámos os custos ao acti-



Quadro comparativo dos custos com os seguros

Bloco	AAA	Benchmarking		Ensa	
	Prémio 2016	Prémio	Poupança Estimada	Prémio	Poupança Estimada
35.11	765.856	143.000	81%	N/D	-
5	2.263.484	202.856	91%	N/D	-
ALNG	4.641.396	1.547.152	67%	433.820	91%
0 (em negociação)	62.058.309	17.205.265	72%	26.528.593	57%
1	27.141	0	100%	38.156	-41%
14 (em negociação)	22.748.458	6.001.704	74%	11.582.181	49%
15	27.122.064	7.029.524	74%	6.543.781	76%
15.06 (em negociação)	8.310.637	101.250	99%	4.626.732	44%
17	76.746.209	21.164.971	72%	28.114.946	63%
18	13.649.493	3.728.902	73%	6.246.873	54%
2.05 (em negociação)	4.246.967	656.714	85%	4.109.470	3%
3.05	14.836.279	2.491.054	83%	6.108.180	59%
3.05A	192.681	125.288	35%	97.310	49%
31	15.600.210	4.029.456	74%	7.162.682	54%
32	2.406.441	2.394.278	1%	1.652.671	31%
4.	1.155.284	63.000	95%	634.786	45%
Cabinda Sul	256.036	222.995	13%	204.910	20%
FS.FST	1.174.681	715.247	39%	742.690	37%
Cabinda Norte	161.292	75.793	53%	N/D	-
TOTAL	258.362.918	67.898.449	74%	104.827.781	59%

vos a assegurar. Ou seja, havia activos que continuavam segurados quando já estavam desactivados, já não deveriam estar a pagar, por exemplo”, revelou ao VALOR fonte da Ensa.

No entanto, apesar de o custo aparecer directamente aos blocos e, por isso, parecer que se trata de encargos financeiros das companhias petrolíferas, estes custos são, na prática, suportados pelo Estado como resultado dos contratos ou acordos de partilha.

74

Porcento, taxa de poupança estimada quando comparado os custos da AAA e o Benchmarking

Através destes acordos, as companhias recuperam os custos de desenvolvimento dos projectos. Têm, por norma, direito a 50% da produção bruta para a recuperação dos custos de investimento onde estão incluídos os seguros.

E QUANTO CUSTOU A OFERTA?

Além de ter sido, eventualmente, lesado por via dos seguros, o Estado tem ainda por reclamar os valores correspondentes à passagem das AAA para a esfera privada com controlo de Carlos São Vicente.

A seguradora foi criada pela Sonangol em 2000, já com o intuito de ter o monopólio do seguro do sector petrolífero. Em 2001, Carlos São Vicente desempenhava o cargo de director de Gestão e Risco da Sonangol E.P e, como tal, respondia pelo conglomerado AAA: AAA Serviços Financeiros Lda., AAA Pensões, AAA Corretores de Seguros, AAA Seguros Lda. e AAA Serviços de Risco Lda. A Sonangol era o accionista único destas empresas.

Entretanto, seguiram-se alterações na estrutura accionista, passando São Vicente a accionista principal, desconhecendo-se os termos e valores que permitiram o negócio. Nos relatórios e contas da Sonangol, por exemplo, não constam

as AAA ou São Vicente na condição de devedores, mas aparecem empresas como a China Sonangol Internacional, Esperaza Holdings B.V. ou a Genius.

“À luz da Lei do Fomento Empresarial e no âmbito do mandato governamental, a Sonangol E.P. reflecte, nas suas contas em activos não correntes, os investimentos financeiros e empréstimos concedidos às seguintes empresas: China Sonangol Internacional, Esperaza Holdings B.V, Exem Africa Limited, Genius – Gestão de participações, Lda, Force Petroleum Angola”, lê-se, por exemplo, no relatório da Sonangol de 2015.

O investimento inicial para a constituição das AAA foi de 15 milhões de dólares, de acordo com declarações de São Vicente em 2001 enquanto director de Gestão e Risco da Sonangol E.P.

“No momento, existem apenas duas seguradoras directas. AAA Seguros SARL, que somos nós, e a Ensa. Mas não se esqueça de

que somos novos no ramo, com um capital inicial de 15 milhões de dólares. Para se ter uma ideia da importância do nosso capital realizado, com 12 milhões, posso constituir três bancos comerciais com um capital mínimo de apenas 4 milhões em Angola! Por se tratar de um negócio de capitalização, é preciso construir a partir disso. É preciso ter um grande capital, reservas e provisões. Essa é a vantagem financeira que permite que você gerencie e retenha riscos. Sem capitalização, não se pode construir capacidade para manter o risco”, disse em entrevista à Word Investment News.

Na ocasião, referiu ainda que não se podia considerar a ENSA concorrente das AAA “no que diz respeito aos grandes riscos”. “O mercado que decide o prémio que temos de pagar pela indústria do petróleo é o resseguro internacional. Isso significa que as nossas conexões com o mercado de resseguro, os nossos serviços de corretagem no mercado de resseguro e o nosso conhecimento do mercado de risco são a chave. A Ensa é apenas um player local. Não é importante quando falamos sobre grandes riscos”.

Na altura, Manuel Vicente era o líder da Sonangol, pelo que é encarado como tendo sido determinante no processo que terminou com a passagem da empresa da petrolífera para a esfera privada.

Mercados & Negócios

PLANOS DE EXPORTAÇÃO TAMBÉM AFECTADOS

Empresa de reciclagem sem matéria-prima para produzir

RESÍDUOS. Dificuldades no acesso à água e custos com a energia eléctrica juntam-se às dificuldades em que se destacam a falta de incentivo à criação de cooperativas de recolha de lixo.



Mário Muijes © VE

Por Guilherme Francisco

Com capacidade para transformar até 1,2 toneladas de plástico por hora, a fábrica Ango-Reciclagem, em Luanda, está a produzir apenas num único período e com muitas limitações por escassez de matéria-prima.

Apesar de abundante nas ruas do país, o plástico usado não chega à fábrica nas quantidades necessárias, situação explicada, em parte, pelo insucesso de uma proposta dirigida ao então Ministério do Ambiente e à Agência de Resíduos, há quatro anos, em que a Ango-Reciclagem apelava ao incentivo aos catadores de lixo. A empresa nunca chegou a receber qualquer reacção dessas entidades.

Patrícia Carvalho, gestora e proprietária da fábrica pertencente ao grupo GMST, explica que a intenção era ter, como

1,2

Toneladas, por hora, capacidade de transformação da empresa

principais fornecedores, pessoas agrupadas em cooperativas ou microempresas “com vista a ajudar a minimizar a pobreza e outros males sociais”, mas a ideia

MEMORIZE

- A fábrica tem recebido pedidos de empresas de países europeus, depois de, em 2018, ter exportado sete contentores de 40 pés para a Turquia e Espanha e enviado amostras para Portugal e Vietname.

não se concretizou como esperado. “Criámos a fábrica com cariz social, não criámos uma unidade de recolha justamente para dar oportunidade à criação

de cooperativas de recolha, retirando alguns resíduos das ruas e das lixeiras, mas não houve incentivo para a criação destas microempresas familiares e cooperativas”, lamenta.

A fábrica tem recebido pedidos de empresas de países europeus, depois de, em 2018, ter exportado sete contentores de 40 pés para a Turquia e Espanha e enviado amostras para Portugal e Vietname, mas não consegue responder à procura externa por falta de matéria-prima para produzir em grandes quantidades. Nesta fase, a operação só está garantida para o mercado interno graças à aquisição de quatro toneladas de plástico inviabilizada pela pandemia ficou, desde já, a venda de 18 toneladas que estavam previstas para Espanha no princípio do ano.

Os custos com a energia eléctrica, calculados em 35 mil kwanzas por média diária, juntam-se dificuldades como os problemas com o acesso à água. “Temos aqui um problema grave. Para a reciclagem, precisamos de ter água e dependemos de uma conduta pequena. Fazer reciclagem é um processo caro, envolve não só consumo de água, mas também o tratamento de águas residuais. A Zona Económica tem sido proactiva, mas a realidade é que nós aqui não temos uma conduta, pertencemos à ZEE, mas não estamos na zona infra-estruturada”, explica.

Em consequência disso, a empresa enfrenta “grandes prejuízos”, agravados pela paralisação total em 2019, em resultado de uma avaria. Tão logo retomou em Fevereiro deste ano, foi surpreendida pela covid-19, com a facturação de 6 milhões de kwanzas mensais a cair para a metade.

“Ainda não somos auto-suficientes, houve grande investimento por parte dos sócios, o retorno seria feito em quatro anos, mas não correu conforme previmos, tivemos vários percalços. Se olhasse para os números, não teria a fábrica aberta”, assegura Patrícia Carvalho, que atribui à “falta de atenção do Estado e da banca” às indústrias recicladoras e transformadoras o fraco crescimento destas.

Ainda assim, nos próximos tempos, a empresária pretende começar a transformar papel, numa parceria com uma empresa de recolha de resíduos.

KWANZA

SÉRIE 2020

A PARTIR DE 17 DE SETEMBRO, DIA DO HERÓI NACIONAL, ENTRA EM CIRCULAÇÃO A NOVA NOTA DE 500 KZ.

CONHEÇA AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



Anverso



Reverso



Janela Iridescente

A janela tem a forma da escultura “o Pensador” e inclui o valor nominal da nota bancária.

Colocada sobre um fundo escuro, os detalhes e o valor da nota ficam visíveis. A janela em si muda para um brilho ligeiramente vermelho.



Microtexto

Hino Nacional de Angola em microtexto.



Marca para Invisuais

Uma impressão com relevo permite a identificação das notas com percepção tátil.



Impressão em Relevo

Impressão com tinta em relevo que gera uma percepção tátil típica para notas bancárias.



Janela Iridescente

A janela tem uma forma geométrica e inclui o valor nominal da nota bancária.

Colocada sobre um fundo escuro, os detalhes e o valor da nota ficam visíveis. A janela em si muda para um brilho ligeiramente vermelho.

Novas Notas de Kwanza Inovadoras, Resistentes e Muito Mais Seguras.

As notas actuais continuam a ser aceites.

Para mais informações consulte o website do bna www.bna.ao
ou contacte através de comunicacao@bna.ao ou do nº.: +244 222 679 226



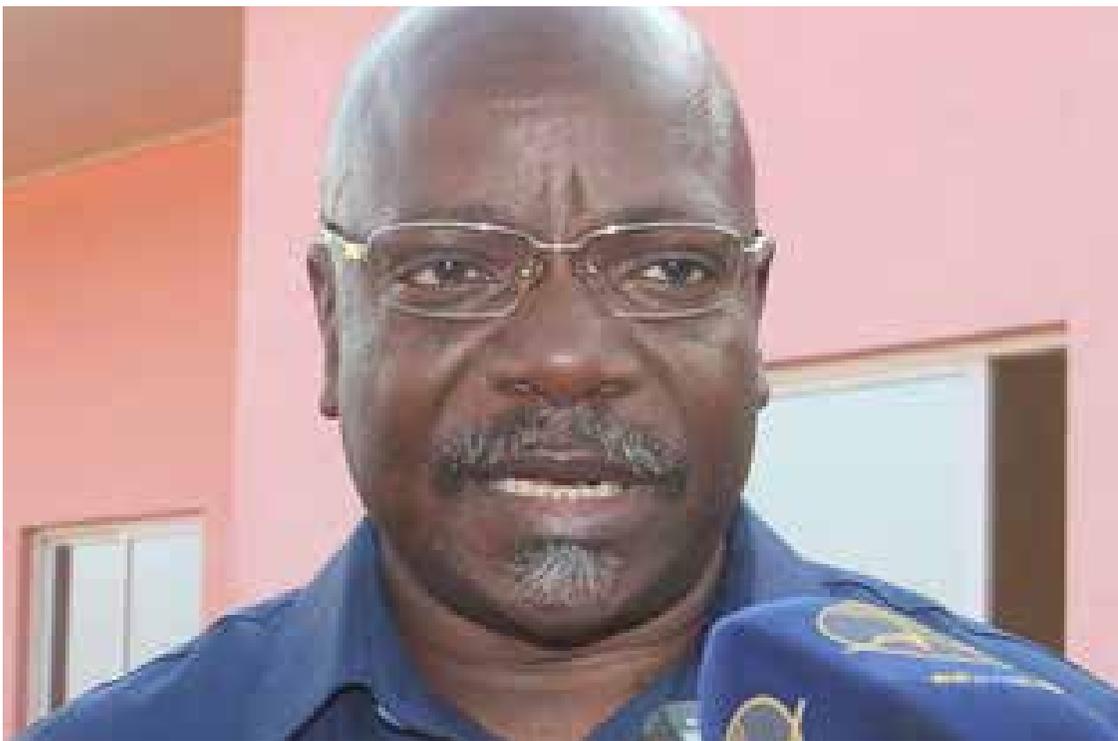
BANCO NACIONAL DE ANGOLA

DEJURE

ANTIGO ADMINISTRADOR DO MUNICÍPIO DOS DEMBOS, NO BENGO

Ex-dirigente condenado a três anos por peculato

JULGAMENTO. Procuradora-geral da República no Bengo admite haver, além deste, mais casos sob investigação, envolvendo gestores públicos da província. E pelo menos 30 viaturas pertencentes ao governo local foram apreendidas e recuperadas pela PGR e pelo SIC no quadro de vários processos-crime.



Penal, depois de o despacho de pronúncia ter transitado em julgado, o que o tornava inábeis para o exercício de funções públicas, tendo, posteriormente, sido exonerado do cargo e substituído por Fonseca Miguel Canga.

30 VIATURAS RECUPERADAS
Em declarações à imprensa, a sub-procuradora-geral da República no Bengo, Carla Patrícia Correia, admitiu haver, além desses, outros casos sob investigação, envolvendo gestores públicos da província.

A magistrada avançou também que pelo menos 30 viaturas pertencentes ao governo do Bengo, de um total de mais de 70, foram apreendidas e recuperadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) no decurso de vários processos-crime.

Segundo Correia, num contexto em que as instituições públicas da província carecem de tais meios, e atendendo ao facto de se encontrarem paradas, será ordenada a entrega das viaturas, a título de fiéis depositários, a instituições públicas, conforme o estado técnico.

As referidas instituições deverão garantir, com zelo e responsabilidade, a guarda e administração dos veículos, sob pena de serem consideradas infieis depositárias e incorrerem em processos de natureza criminal, uma vez que as viaturas estão ainda sob tutela da justiça, adverte a sub-procuradora-geral da República do Bengo.

MEMORIZE

● **Em Julho**, Mateus Domingos foi suspenso do cargo de administrador dos Dembos, em obediência ao Código de Processo Penal, depois de o despacho de pronúncia ter transitado em julgado.

a oito e três meses de prisão, respectivamente.

Em Julho, Mateus Domingos Manuel foi suspenso do cargo de administrador dos Dembos, em obediência ao Código de Processo

PGR a que a Angop teve acesso esta segunda-feira, no mesmo processo, foram condenados os funcionários da Administração Municipal dos Dembos, Bernardo Domingos João e Ageu Adão Baptista, com pena suspensa, a oito e três meses de prisão, respectivamente, e ao pagamento de multas de 200 e 300 mil kwanzas, pelo crime de falsificação de documentos.

Ainda por falsificação, foram igualmente condenados o empresário Fragoço António, autor moral do crime, diz a nota, e o trabalhador da empresa Augusfrago Limitada, Francisco Domingos Sozinho,



EM GENEBRA, SUÍÇA

Angola fala sobre direitos humanos

Angola partilha, a partir de hoje, na 45.ª Sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), em Genebra, Suíça, as medidas para a promoção e protecção dos Direitos Humanos, no período da pandemia da covid-19.

No encontro, que se realiza, de forma semi-presencial, até 6 do próximo mês, no Palácio das Nações, a delegação angolana é chefiada pela representante permanente de Angola junto do Escritório das Nações Unidas e demais Organizações Internacionais em Genebra, Margarida da Silva Izata.

Angola, na qualidade de membro do Conselho dos Direitos Humanos em fim de mandato, deverá abordar, entre outras, questões relacionadas com o 'Direito ao desenvolvimento', como um dos principais objectivos do Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN); 'Verdade, Justiça e Reparação', para divulgar os avanços realizados pela Comissão de Reconciliação; e os 'Direitos Humanos dos Idosos', como uma categoria da população que merece toda a atenção e protecção.

Por Redacção

O Tribunal de Comarca do Dande, no Bengo, condenou o antigo administrador municipal dos Dembos, Mateus Domingos Manuel, a uma pena de dois anos de prisão, suspensa por três anos, e ao pagamento de 800 mil kwanzas de taxa de justiça, pelo crime de peculato.

De acordo com uma nota da

Aos 50 anos tornar-se um dos apenas sete bilionários negros em 614 bilionários americanos.



Tyler Perry

O novo Bilionário de Hollywood

Um produtor de conteúdo natural, que no meio da pobreza extrema fazia rir sua mãe com os personagens que criava, Tyler Perry iria tornar o talento numa fortuna e aos 50 anos tornar-se um dos apenas sete bilionários negros em 614 bilionários americanos.

Juntou poupanças e encenou o seu primeiro guião, uma história sobre abuso infantil que nos primeiros três meses o levou à bancarrota e a dormir no carro enquanto ajustava o palco, fazia guiões, pendurava iluminação e até vendia snacks no intervalo da peça, tinha apenas 20 anos. O seu público alvo era a comunidade negra americana que não

tinha espetáculos direcionados. Em 2001 depois de Oprah assistir a uma das suas peças e o convidar ao seu programa que já era famoso mundialmente, aconselhou-o sobre a importância da propriedade de se tornar empreendedor e assinar os seus próprios ordenados. O impulso de Oprah traduziu-se em mais de 100 milhões de dólares em bilhetes de teatro vendidos, mais de 20 milhões com parafernália e mais 30 milhões com a venda de performances teatrais em vídeo. Provada a viabilidade do nicho negro americano, era altura de dar o passo seguinte e ingressar em Hollywood. Treze anos depois Perry lacou o seu primeiro filme da série Madea um personagem

que ele mesmo interpretava, que no fim de semana de abertura contabilizou perto de 28 milhões de USD, o primeiro de 11 filmes com a estrela de peruca e saias, que ralha com toda a gente. A série Madea ao longo de 15 anos rendeu mais de mil milhões aos estúdios que apostaram em Perry e adquiriram os direitos. Mas Perry, mantendo o conselho de Oprah em mente tinha planos maiores. Em 2015 comprou por 30 milhões de USD uma propriedade antiga do exército confederando (do sul escravagista) na cidade de Atlanta com mais de 120 mil hectares em que gastou mais 250 milhões de USD a apetrechar para transformar em estúdio para as suas produções. O blockbuster mundial Pantera Negra foi uma das primeiras gran-

des produções cinematográficas a gravar no seu estúdio ONE.

Em 2017 Perry assinou com a Viacom, dona da BET que para a qual produz conteúdo e da qual se tornou acionista fazendo cerca de 60 milhões de USD com a aquisição.

O agora bilionário investe também em imobiliário e é dono de várias propriedades sendo que

uma delas comprou em Atlanta por nove milhões de USD e vendeu por 17,5 nove anos depois. A mansão onde vive em Beverly Hills está estimada em 18 milhões de USD e recebeu recentemente o casal real britânico os Dukes de Essex. Tyler Perry é também dono de uma cabine nas montanhas do Wyoming e de uma ilha deserta na Bahamas para onde se desloca num avião privado que custou mais de 150 milhões de USD e que Perry usou para dar apoio à população das ilhas quando em 2019 o furacão Dorian as arrasou. As acções sociais são uma marca do mais novo bilionário do entretenimento. Através da Fundação Perry são ajudadas centenas de pessoas sem acesso a saúde, educação, direitos humanos desde 2006.

100

O impulso de Oprah traduziu-se em mais de 100 milhões de dólares em bilhetes de teatro vendidos.

(In)formalizando



Santos Sammassica © VE

4 MIL MILHÕES Informais beneficiam de crédito

Agentes informais de todo o país vão beneficiar de uma linha de crédito conjunta com os agentes formais, detentores de micronegócios, avaliada em 4 mil milhões de kwanzas.

O processo está em fase de teste na plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Operações de Microcrédito (Sigom), controlado pelo Ministério da Economia e do Planeamento (MEP). E, para o acesso, os interessados deverão apresentar o bilhete de identidade, uma conta bancária e deverão estar filiados numa cooperativa ou associação.

O secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, explica que a plataforma serve para registar e controlar as operações de microcrédito de forma a evitar a duplicação de pedidos por parte dos beneficiários.

Na perspectiva do Governo, a medida serve de “alívio” aos pequenos operadores comerciais, afectados, em grande parte, pela pandemia da covid-19 e fez parte dos assuntos abordados nas actividades realizadas pelo MEP no domínio do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi).

ESTUDO DO CNEF

63% dos vendedores de mercados informais não têm conta bancária

Um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), nos mercados do Kikolo, Congolenses, Catinton e Km 30, todos em Luanda, revela que 63% dos comerciantes não têm conta nem acesso a serviços bancários.

Segundo o levantamento, 28% dos inquiridos apontaram a falta de dinheiro suficiente para abrir uma conta como o principal empecilho, enquanto 6% dos comerciantes afirmam não confiar nas instituições bancárias. Já 8% diz não ter os documentos exigidos. No entanto, do conjunto desses comerciantes sem acesso à banca, 69% manifestou o desejo de ter conta bancária. O inquérito, realizado em coordena-

ção com a Agência de Regulação de Seguros de Angola (Arseg), Banco Nacional de Angola (BNA), Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), indica que os mercados do Kikolo e dos Congolenses como os que apresentam maior taxa de comerciantes bancarizados, com 62,4% e 57,5%, respectivamente. Da população inquirida, 68,9% é

do sexo feminino, 36,2% dos quais residentes no município de Viana, 20,4% no município de Luanda e 22,6% em Cacucaco. Segundo Luzolo Carvalho, secretário executivo do CNEF, conforme consta no inquérito, o nível de literacia financeira é influenciado pelo grau académico. Por isso, sugere a disseminação de informação que ajude no aumento do nível de bancarização dos vendedores informais.

O jornalismo de referência nunca precisou tanto do apoio dos seus leitores para resistir à pressão das crises. Faça a sua parte. Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda
Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7



A UNITEL É O FUTURO

A velocidade com que te ligas
ao futuro faz toda a diferença.



**ACTIVA JÁ O TEU 4G
E NAVEGA MAIS RÁPIDO
E EM ALTA DEFINIÇÃO
PELO MESMO PREÇO.**

www.unitel.ao

UNITEL

Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Recentes alterações ao Código Geral Tributário



Sadan Diateza,
Senior Consultant
EY, Tax Services



Gil Abobeira,
Manager EY, Tax
Services

damente, a sua defesa face às notificações emitidas pelos diversos serviços da AGT.

Sendo assim, é de destacar a abertura do legislador para alargar o prazo de todas as fases do procedimento tributário administrativo, nomeadamente, i) exercício do direito de audição prévia, ii) reclamação da liquidação de tributos e quaisquer outros actos administrativos, e iii) recurso hierárquico da decisão final do procedimento, passando agora os contribuintes a dispor de 30 dias (ao invés de 15 dias) para poderem responder após a recepção da notificação por parte da AGT.

Por outro lado, o quadro sancionatório foi igualmente revisto, tendo sido nomeadamente reduzida a multa pelo não pagamento de qualquer tributo dentro do prazo legal de 35% para 25% sobre o valor do tributo em falta. Adicionalmente, no caso de pagamento espontâneo de qualquer dívida tributária, esta multa pode ainda ser reduzida para a metade, resultando assim numa multa de 12,5% sobre o valor do imposto em falta.

Importa ainda realçar que passa a estar prevista a possibilidade de a AGT, em determinadas situações, poder aceder às informações e documentos bancários relacionadas com as contas dos contribuintes, desde que devidamente fundamentadas e desde que o contribuinte seja notificado para o efeito. Ou seja, a

AGT passa a dispor de um mecanismo de quebra do sigilo bancário sem a necessidade de recorrer aos tribunais.

Note-se que, nestes casos, o contribuinte terá 10 dias para impugnar judicialmente a quebra do sigilo bancário, embora fique impedido de movimentar as contas em causa enquanto decorrer o processo.

Chamamos também a atenção para a alteração da regra da dispensa da apresentação de garantia bancária para a suspensão de processo de execução fiscal, passando os contribuintes a ter de assumir o pagamento da dívida em prestações caso solicitem essa dispensa.

Finalmente, destacamos a introdução do procedimento para a aplicação da cláusula geral anti-abuso que visa dotar a AGT de mecanismos legais para questionar os actos ou negócios que visam a obtenção de qualquer vantagem fiscal indevida. Com efeito, a AGT deverá notificar os contribuintes com a demonstração de que determinada operação visou a redução, eliminação ou diferimento temporal dos tributos, a qual deverá ser precedida de audição prévia a ser realizada num prazo de 15 dias para que o contribuinte possa apresentar prova necessária aos seus interesses.

Face a estas alterações, será importante que os contribuintes estejam cientes do impacto que as mesmas poderão ter nas suas operações, adaptando as mesmas aos novos procedimentos.

A Lei n.º 21/20, de 9 de Julho, introduziu diversas alterações relevantes ao Código Geral Tributário (CGT) com o intuito de melhorar o procedimento tributário e as interações entre os contribuintes e a Administração Geral Tributária (AGT) bem como definir alguns mecanismos adicionais de fiscalização por parte da AGT.

Um aspecto que criava maior contenda entre a AGT e os contribuintes respeitava aos anteriores prazos apertados de resposta às notificações que, por vezes, impediam os contribuintes de terem oportunidade de apresentar, devi-

“Além de seu impacto directo no investimento e na contratação, a covid-19 vai impor custos de produtividade de longo prazo.”

A incerteza da pandemia



Kenneth Rogoff, professor de Economia e Políticas Públicas, na Universidade de Harvard, economista-chefe do FMI, entre 2001-2003

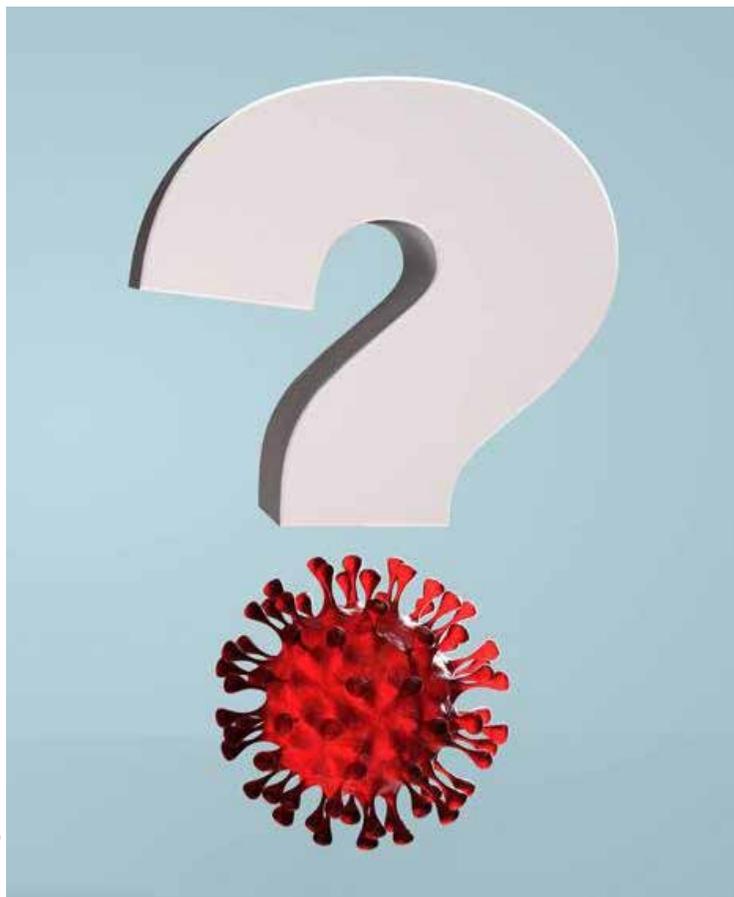
Os próximos meses vão nos mostrar muito sobre a próxima recuperação global. Apesar dos mercados de acções ser efervescente, a incerteza sobre a covid-19 permanece generalizada. Independentemente do curso da pandemia, a batalha mundial contra o vírus que vemos até agora, provavelmente afectará o crescimento, o emprego e a política por um longo período.

Vamos começar com as possíveis boas notícias. Num cenário optimista, as autoridades reguladoras terão aprovado pelo menos duas vacinas de primeira geração contra o covid-19 até o final deste ano. Graças ao extraordinário apoio regulador e financeiro dos governos, essas vacinas entram em produção antes mesmo da conclusão dos testes clínicos em humanos. Presumindo que sejam eficazes, as empresas de biotecnologia já terão cerca de 200 milhões de doses disponíveis até o final de 2020 e estarão a caminho de produzir biliões a mais. Distribuí-las será uma tarefa difícil, por si só, em parte porque o público precisa de ser convencido de que uma vacina feita às pressas é segura.

Com sorte, os cidadãos de países ricos que desejam a vacina poderão tê-la recebido até o final de 2021. Na China, praticamente todos terão sido vacinados até então. Alguns anos depois disso, o mesmo irá acontecer com a maior parte da população mundial, incluindo aqueles que vivem em economias emergentes e em desenvolvimento.

Esse cenário é verosímil, mas mesmo sabendo disso, ainda falta muito para que seja garantido. O coronavírus pode mostrar-se mais resiliente do que o esperado e as vacinas de primeira geração podem ser eficazes apenas por um curto período ou ter efeitos colaterais piores do que os previstos.

Mesmo neste caso, protocolos de teste aprimorados, desenvolvimento de tratamentos antivirais mais eficazes e melhor adesão por parte do público e (espera-se) dos políticos às directrizes comportamentais, levariam à normalização gradual das condições económicas.



Vale a pena lembrar que a horrível pandemia da gripe espanhola de 1918-20, que matou pelo menos 50 milhões de pessoas em todo o mundo – muitas numa segunda onda mortal do tipo que actualmente tememos com o covid-19 hoje – e que por fim, enfraqueceu e desapareceu sem nenhuma vacina.

Mas num cenário mais pessimista, outras crises – um acentuado aumento nos atritos comerciais entre EUA-China, um ataque terrorista cibernético ou uma guerra cibernética, uma catástrofe natural relacionada ao clima ou um grande terramoto – podem ocorrer antes que esta termine. Além disso, mesmo o cenário optimista não implica necessariamente um rápido retorno aos níveis de rendimento do final de 2019. A expansão pós-pandemia – se houver – pode levar anos para atingir a definição moderna de recuperação (um retorno à rendimento per capita inicial) após uma recessão profunda.

Embora a pandemia tenha ressaltado o enorme problema da desigualdade nas economias avançadas, os países pobres sofrem muito mais. Muitos mercados emergentes e eco-

nomias em desenvolvimento provavelmente vão lutar contra o covid-19 nos próximos anos e vão enfrentar a possibilidade real de uma década perdida de desenvolvimento. Afinal, poucos governos têm a capacidade de fornecer apoio fiscal de emergência na escala que EUA, Europa e Japão estão a fazer. Recessões prolongadas em países de baixo rendimento provavelmente poderão levar a uma epidemia de crises de dívida e inflação.

Mas a crise da covid-19 também pode deixar cicatrizes profundas e duradouras nas economias avançadas. As empresas poderão estar mais receosas de investir e contratar, devido a preocupações com uma recaída na saúde pública ou outra pandemia, sem mencionar a enorme volatilidade política que a crise tem causado.

Embora possa haver uma onda inicial de 'retoma' dos gastos do consumidor nas economias avançadas, no longo prazo, os consumidores provavelmente irão economizar mais. Num artigo apresentado no recente simpósio anual de Jackson Hole, Julian Kozlowski, Laura Veldkamp e Venky Venkateswaran

argumentam que os custos cumulativos de longo prazo da pandemia para a economia dos EUA são provavelmente uma ordem de magnitude maior do que os efeitos de curto prazo, em parte por causa de uma aumentada e duradoura sensação de mal-estar entre a população.

A análise deles é especialmente convincente no que diz respeito aos consumidores. Qualquer pessoa com pai ou avô que viveu durante a Grande Depressão dos anos 1930 sabe que essa experiência marcante afectou o comportamento deles ao longo da vida.

Além de seu impacto directo no investimento e na contratação, a covid-19 vai impor custos de produtividade de longo prazo. Quando a pandemia acabar, uma geração de crianças, especialmente as de famílias de baixos rendimentos, terá, de facto, perdido um ano de escola. Os jovens adultos que lutam para encontrar o primeiro emprego num mercado de trabalho ainda moribundo podem esperar ganhar menos no futuro do que ganhariam se a situação fosse outra.

Existem alguns pontos positivos. Embora a pandemia tenha desencadeado um colapso no valor dos imóveis comerciais em muitas cidades, poderia levar a uma grande onda de novas construções e investimentos em áreas suburbanas, bem como em sofridas pequenas e médias cidades. Em geral, as empresas que não permitiram o trabalho remoto reconhecem agora que isso pode funcionar bem e trazer muitos benefícios. E embora não devamos esperar, a pandemia pode estimular os legisladores a encontrar maneiras de fornecer internet de banda larga universal e dar às crianças menos privilegiadas acesso facilitado aos computadores pessoais.

A economia global está agora numa encruzilhada. A tarefa mais importante dos formuladores de políticas é tentar reduzir a enorme e constante incerteza e, ao mesmo tempo, fornecer ajuda emergencial aos indivíduos e sectores económicos mais afectados. Mas a insegurança alimentada pela covid-19 provavelmente será sentida na economia global muito tempo depois que o pior já tenha passado.

As empresas de biotecnologia já terão cerca de 200 milhões de doses disponíveis até o final de 2020 e estarão a caminho de produzir biliões a mais. Distribuí-las será uma tarefa difícil, por si só, em parte porque o público precisa de ser convencido de que uma vacina feita às pressas é segura. Com sorte, os cidadãos de países ricos que desejam a vacina poderão tê-la recebido até o final de 2021.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

|| Congratulou-se com o posicionamento em relação às eleições autárquicas”.

“Regozijou-se com a posição do camarada presidente”. “Enaltece a aposta do executivo no sector da agricultura”. Tudo frases que só podiam ser tiradas do comunicado da reunião do bureau político do MPLA. Congratulou-se, regozijou-se, enalteceu... E agora pergunto eu, querido leitor, estas expressões não soam tenebrosamente familiares? A era do enaltecimento não tinha já ficado para trás? Será que é exactamente a mesma pessoa, com a mesma caneta e no mesmo papel a escrever os comunicados do partido há décadas? É que a conversa de adiar eleições, de se regozijar com tudo o que o presidente faz e certamente de enaltecer seja o que for é mesmo, mesmo, mesmo repetitiva.

A de enaltecer a aposta na agricultura então, essa é uma conversa que andamos a ouvir há décadas. E isso enquanto a agricultura continua a ter quase os mesmos problemas, se não de produção, de escoamento, de escala, de falta de água, de falta de insumos, de falta de investimento... Enfim, de tudo e enquanto o partido dos camaradas enaltece, regozija-se e congratula-se. Os produtores nacionais a ir à falência, mas o que há é regozijos e congratulações.

A escolha da linguagem e adequação dessa linguagem ao momento que se vive e a quem a mensagem é dirigida não é, de facto, o forte, nem dos partidos, nem das nossas instituições (feitas por pessoas do partido e tão partidarizadas).

E claro que a mais infeliz nos últimos tempos, e cuja infelicidade é renovada a cada asneira que a nossa



polícia vai fazendo, é a dos ‘rebuçados e chocolates’.

Ainda nem concluíram a investigação sobre a “queda” que matou o médico e já morreu pelo menos mais uma pessoa às mãos da polícia, desta vez, por disparo que fez ricochete e foi tirar a vida a uma jovem, ao que parece, de 15 anos.

E cada vez o cidadão se sente mais inseguro com a presença policial enquanto os políticos seguem a regozijar-se, congratular-se e a enaltecer. Num país em que a maior fatia do Orçamento Geral do Estado vai para a defesa, para as forças castrenses, a polícia os militares, temos uma polícia que pede ou exige boleia aos cidadãos que interpela na rua, uma polícia que frequentemente pede gasosa e que tantas vezes tem um aspecto tão desgraçado que realmente se vê que precisa dela, que é frequentemente atormentada por

problemas diversos, cheia de fome, de calor, às vezes embriagada e muitas vezes exausta... Uma polícia malformada em quem não podemos confiar com armas.

A morte desta jovem deu direito a que a população revoltada e farta de estar exposta aos desvarios desta polícia lançasse fogo à esquadra mais próxima a tal onde as paredes fazem ricochetes perigosos. Isto numa altura em que a polícia já matou, nestes disparates, mais de 18 pessoas desde que a covid e as suas regras se instalaram e sendo que antes da covid tínhamos outros casos de atropelos quer por parte de polícias, quer de militares. O caso do Rufino que o Nova Gazeta cobriu há uns anos, que, com 14 anos, foi abatido por militares é um exemplo, entre muitos, mais ou menos conhecidos. E o que é mais desesperante é que tanto na altura como agora, temos lide-

ranças incapazes de providenciar conforto, de se responsabilizar, de se comprometer com uma mudança de paradigma, de demonstrar que aprenderam lições e que não vai tornar a acontecer. E torna a acontecer. Nisso, como em muitas outras coisas, JES e JLO partilham a mesma incompetência que justifica arruaças e revolta e fogo nas esquadras. O pedido de desculpas do Comandante Geral da Polícia só pecou por tardio e por não ser partilhado pelos seus superiores hierárquicos como seria expectável num governo que governa para os cidadãos.

Mas a verdade é que queimas de esquadras, ainda que como resposta a uma acção criminosa, a uma injustiça, à perda de vidas de forma tão brutal às mãos de quem ganha para nossa protecção, não podem ser justificadas. Mais uma vez, como na semana passada, não posso imaginar a revolta da família, mas incendiar esquadras, correndo o risco de que algum polícia morra no incêndio, não vai trazer de volta a vida que foi tirada. E os polícias, mesmo os mais incompetentes, são também filhos, pais, irmãos, que, se perdidos, vão fazer a mesma falta às suas famílias. A lógica do olho por olho só pode deixar todo o mundo cego. É preciso ponderação mesmo em face da irracionalidade, e é isso que os líderes, humildemente, devem pedir à nossa população em vez de usarem os media para assobiar para o lado e fingir que nada de ruim se passa enquanto se entretêm com regozijos, congratulações e enaltecimentos.

A falta de cobertura dos órgãos públicos às manifestações ordeiras e pacíficas que decorreram pelo país para reclamar o fim da violência policial, em prol de regozijos, congratulações e enaltecimentos só voltou a atestar a partidarização da coisa pública que também vive do OGE nacional. E o quão danosa ela pode ser. Tão mau quanto qualquer aproveitamento político que uns ou outros possam querer fazer dessas manifestações de cidadania legítimas. Nada do que se regozijar, congratular ou enaltecer. Simplesmente feio.

“ *As multinacionais fecharam os olhos e foram cúmplices no processo, porque tiravam benefícios directos desse malabarismo.* ”

O Povo gosta de rir (PeGeR)



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Há uns anos, enquanto andava à procura de amealhar uns cobres para a velhice, trabalhei para uma multinacional associada à exploração de petróleo. Como todas as outras, essa multinacional era uma prestadora de serviços para a Sonangol, uma vez que reportava tudo o que fazia à petrolífera nacional. E, como prestadora de serviços, tentava fazer tudo o que a Sonangol mandava. As coisas boas faziam-se facilmente, as más também se faziam, só que com um preço diferente. Às vezes, muito diferente.

Isto vem a propósito do negócio das AAA. As notícias nacionais chegam ao ponto de dizerem que o proprietário das AAA é um ladrão. Dizem que o desgraçado roubou. Eu simplesmente pergunto-me, o que é que ele roubou? E, se roubou, que me digam a quem, como e o quê? Para além disso, aproveito para perguntar se o apanharam com a boca na botija, como se diz na gíria. É que roubar ainda significa “apropriar-se de bem alheio através de violência, ameaça, fraude, normalmente às escondidas do proprietário do objecto de roubo de forma rápida e furtiva”.

Eu compreendo que o ‘modus operandi’ das AAA possa ser considerado obscuro e, quiçá, danoso, mas é preciso antes de mais entender como é que a indústria de petróleos funciona no país. Afinal de contas, todas as companhias do sector petrolífero, sem qualquer excepção, funcionavam da mesma maneira. Daí o silêncio que se observa por parte delas, pois todas usufruíam da mesma ‘sapiência’. Do mesmo know-how.

Afinal de contas, o que se pas-



Com tudo isto, quero dizer que a indústria nacional de petróleos sofreu (sofre?) da síndrome de facturação mangolê. Uns mais do que os outros, porém todos, e cada um à sua maneira, sobrefacturaram

sou? Por determinação do Governo, criaram-se as condições para o aparecimento de uma seguradora nacional dedicada à indústria de petróleo. Como é evidente, é um grande negócio pese o facto de não ser fácil de gerir. É preciso saber fazê-lo e, pelo que me é dado a saber, muito pouca gente sabia fazê-lo. Hoje, pode ser que já haja mais gente, mas, na altura, não havia.

Como os preços propostos pelas AAA eram exageradamente altos, as multinacionais americanas tentaram evitá-la. E aí surgiu a petrolífera nacional a ordenar as suas parceiras que todos os seguros deveriam ser exclusivamente feitos com as AAA. A partir desse momento, foi só facturar. Pelo que consta até há um decreto sobre o assunto.

E é isto que é preciso compreender. Quando as AAA cobravam entre três e cinco milhões de dólares para assegurar um poço, gastavam em resseguros cerca de um milhão, transformando todo o resto em lucro. Houve anos em que se perfuraram entre 50 e 70 poços. Só assim se percebe o acumular da fortuna da seguradora. As AAA eram uma mina de ouro que, além do mais, estava a ser muito bem explorada.

A pergunta que aqui é pertinente e que ninguém quer fazer é: de quem é a culpa? Quem entregou o pote de mel ao gatinho do laço vermelho? E quais as razões para essa entrega tão dedicada e afeiçoada? Será que foi o PCA da Sonangol que, por sua obra e graça, tomou essa decisão? Terá sido o chefe do PCA? Ou foi uma decisão a nível de partido?

A realidade é tão difícil de entender como foi de desfazer. E quando em 2015-16 o então PCA da Sonangol decidiu mexer no assunto, caiu o Carmo e a Trindade.

As multinacionais fecharam os olhos e foram cúmplices no processo, porque tiravam benefícios directos desse malabarismo. Como é sabido, todas elas beneficiam da recuperação total do investimento (à excepção do empreiteiro dos blocos 9 e 21) com um ‘uplift’ (juro??) que varia entre 30 e 50 por cento. Com esse ‘uplift’, o empreiteiro gasta um milhão, porém recupera esse milhão adicionado de 300 a 500 mil. Ora, isso é um grande negócio para os empreiteiros que, por causa desse ‘uplift’, não se preocupam em poupar. Aliás, convém mesmo é gastar.

A Sonangol deveria fiscalizar essas operações, coisa que nunca fez pensando em Angola. Permitia-se às operadoras fazerem o que queriam desde que alguns contratos de serviços locais fossem cedidos aos fiscais e aos associados. Foi assim que se desenvolveram aqui, na nossa nguimbi, as operações petrolíferas mais caras do mundo. Todo o mundo sobrefacturava, só que nin-

guém acumulou tanto como as AAA. As AAA tinham o creme da nata.

Com tudo isto, quero dizer que a indústria nacional de petróleos sofreu (sofre?) da síndrome de facturação mangolê. Uns mais do que os outros, porém todos, e cada um à sua maneira, sobrefacturaram. E as coisas abrandaram um bocado com a crise que não nos quer abandonar, bem como a melhor gestão que a Sonangol teve em 2017. Só em 2017, a gestão que a Sonangol teve eliminou, em média, cerca de 20 por cento dessa gordura.

Por isso é que eu digo que ‘PeGeR’, quando o assunto é triste. E, para confundir, aparece agora a PGR a apropriar-se da propriedade das AAA, a única entidade que, pelos vistos, economizou alguns cobres, acusando-os de roubo. PeGeR porque a PGR acaba de dar mais um tiro nos pés sem primeiro verificar que não tinha botas à prova de balas. Como irá a PGR provar aos suíços que o kumbu, em nome do gatinho de laço vermelho, foi roubado sem questionar tudo o resto? Afinal de contas, as AAA não apontaram armas a ninguém. Não geriram orçamentos do Estado. Não pediram kilapis. Nem sequer era proibido transferir kumbu para o exterior do país. As AAA venderam um serviço que estava legitimamente autorizado a fazer. As AAA até estavam protegidas pelo Estado. As AAA apresentaram facturas aos seus clientes e esses pagaram as ditas facturas. Incluindo a própria Sonangol. As AAA cumpriram como empresa. E facturaram feio.

A acção da PGR vai tirar o que resta de confiança aos investidores que para cá queiram vir e assim matar o crescimento do país pelo menos até que essa confiança seja restabelecida. E isso vai levar anos.

E esse povo que não entende dessas malandrices, que luta todos os dias contra tudo e contra todos, ri-se, porque gosta de rir. PeGeR. A PGR precisa de melhorar a sua postura. E quem lá manda tem de deixar de querer ser o Trinitá. Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Edição 225 Partilhas 100 Likes 438

A edição 225 do Valor Económico alcançou mais de 35 mil internautas e obteve perto de seis mil interacções entre partilhas, reacções e comentários. Na página do Facebook do Valor Económico os internautas comentaram sobretudo a ameaça dos sauditas à venda do petróleo angolano e a entrega de uma obra de 90 milhões a uma empresa já chumbada pelo Tribunal de Contas.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Antonio O C Chieque

Quando se está em um grupo devemos cumprir as regras deste grupo.



Victor Teixeira

Antonio O C Chieque sim bem como assumir os compromissos tais como pagamentos! Infelizmente não somos exemplo para nada nem pra ninguém com as negociatas do petróleo com a China.



Manuel Miguel

Para mim em vez de ameaças que vendam ou não podem por isso ameaçam, são medrosos Jlo já vai lhes calar.



Honestly Honestly

Não me interessa, nunca vi o dinheiro da tal venda. Arábia Saudita vendam mesmo, não ameacem, façam mesmo.



Alberto Antonio Alberto

Nunca uma viatura seria capaz de se locomover e manter velocidades diferentes em cada roda. Do grupo és, as regras deves cumprir. (Marrimbongem estilo moderno).



Roberto Silva

Assim o tribunal chumba as contas da empresa e o João Lourenço atribui novamente a empreitada a mesma empresa. Sr. Presidente diz-me com quem andas que eu te direi quem és.



Portasio Paulo Roberto Silva aí tem micha.



Horacio Junior

É preciso ler a notícia toda e o contraditório. A empresa contestou porque o tribunal de contas equivocou-se na análise sobre a capacidade. Há um elemento que me parece que desconhecem: os projectos financiados pela União Europeia são chave-na-mão ou seja eles indicam a empresa e abra é entregue com apetrechos. Foi o que aconteceu. O financiamento é da união europeia para um determinado projecto e o tribunal de contas precipitou na análise e a UE rebateram o presidente só tem que adjudicar a obra a mesma empresa se quiser ter o financiamento.



Anísio Fernando Esaú Sapalo

O tribunal de contas é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição. O presidente, o vice-presidente e os demais juizes conselheiros do tribunal de conta são nomeados pelo presidente da República. Anualmente e elaborado um relatório de actividades do tribunal de conta, que apresentado a Assembleia Nacional e remetido aos demais órgãos de soberania... Segundo a constituição da República no seu artigo 182º Está é função do tribunal de contas a fiscalização das contas públicas ou seja do erário publicado o nosso dinheiro de todos os contribuintes.



Andrade Tino de Andrade

A nossa lei não prevê o procedimento de ajuste direto e tendo em conta o valor do contrato isso é impossível...



Efigenio Bernardo

Essa coisa dos presidentes angolanos terem estudado na Rússia é muito complicado. Faz-se tudo ou quase tudo como lá...os presidentes acima dos tribunais...activistas/manifestantes que desaparecem do mapa...e etc..e etc...pronto, falei!



Sillenly Damião Sillenly

O outro disse e muito bem, que angola é um Ferrari por cima do lixo.



Telmo Kibela

Porco e o Javali São irmãos rebolam na mesma lama.



João Lemos

Eu tenho dito ele é farinha do mesmo saco de José Eduardo dos Santos.

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Covid-19



ATÉ 25 DE OUTUBRO

Rota Luanda/Lisboa com 12 ligações previstas

A Taag e a transportadora aérea portuguesa TAP têm 12 voos previstos na rota Luanda-Lisboa até 25 de Outubro, mas o número deverá aumentar, atendendo à retoma das ligações internacionais com Angola, a partir de 21 deste mês. Segundo a página do Consulado de Portugal em Luanda, a TAP vai operar ligações Luanda-Lisboa a 11 e 16 de Setembro, às 22:45 e, no dia 18, às 23:20. A Taag, por sua vez, vai realizar voos nesta rota nos dias 13, 15, 17 e 27 de Setembro e 04, 11, 18 e 25 de Outubro.

O Governo anunciou, na terça-feira, que vai reabrir o espaço aéreo a voos internacionais, após quase seis meses de encerramento, a partir de 21 de Setembro, deixando de

ser necessária autorização para entrar no país. As entradas e saídas de Angola estão, no entanto, sujeitas à realização de um teste de despistagem à covid-19, com base na biologia molecular (RT-PCR), até 72 horas antes do embarque. Fonte da TAP disse à Lusa que a companhia aérea “está preparada para retomar os voos entre Portugal e Angola logo que sejam levantadas as restrições motivadas pela pandemia”, planeando reiniciar a operação regular para Angola com quatro voos por semana entre Lisboa e Luanda. O princípio da existência da cerca sanitária em território angolano permanece, mas o Governo alargou as categorias de cidadãos enquadradas nas exceções.

E CITA IMPRENSA INTERNACIONAL

Bolsonaro diz que Brasil foi dos que menos sofreu com a pandemia

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, declarou que um dos países que menos sofreu com a pandemia da covid-19 foi o Brasil, que soma mais de 4,2 milhões de casos confirmados e 129.522 óbitos.

Bolsonaro justificou o feito com as medidas do governo federal. “Estamos a ver, em especial na imprensa lá de fora, já que nos media daqui de dentro é difícil aparecer boa notícia, que o Brasil foi um dos países que menos sofreu com a pandemia.”

As declarações do presidente brasileiro foram feitas no estado da Bahia, citado pelos jornais brasileiros.

O Brasil, que soma cerca de 212 milhões de habitantes, é o segundo país do mundo com maior número total de mortes (129.522), apenas atrás dos Estados Unidos (191.802), que tem uma população superior a 300 milhões de habitantes.

Em relação ao número de casos de infecção pelo novo coronavírus, o Brasil ocupa a terceira posição mundial, com 4.238.446 de infectados, atrás da Índia, nação com 1,3 mil milhões de habitantes e 4,5 milhões de infectados, e dos Estados Unidos, que totali-

zam quase 6,4 milhões de casos diagnosticados.

Tendo em conta o número de casos por cada milhão de habitantes, o país sul-americano está em 11.º lugar. “Estamos praticamente a vencer a pandemia. O governo fez de tudo para que os efeitos negativos da mesma fossem minimizados, ajudando prefeitos e governadores com necessidades na saúde”, acrescentou o chefe de Estado brasileiro, que, desde que a covid-19 chegou ao país, no final de Fevereiro, se mostrou bastante céptico em relação à gravidade da doença.

Como medidas que ajudaram a combater a pandemia no país, Jair Bolsonaro mencionou um auxílio mensal destinado a desempregados e trabalhadores sem contrato de trabalho,

créditos para micro e pequenas empresas, assim como a transferência de verbas para governadores e prefeitos.

Desde 12 de Agosto, a média semanal de mortes causadas pelo novo coronavírus no Brasil está abaixo de mil e, desde o dia 28, abaixo de 900. Nesta semana, a média manteve-se abaixo de 800. Assim, o Brasil segue a tendência de queda nas mortes causadas pelo novo coronavírus.

Contudo, a Organização Mundial de Saúde advertiu que, apesar de o Brasil viver uma fase crucial, “em que parece que as coisas podem melhorar”, é necessário que as autoridades locais aproveitem o momento para fazerem o que for necessário para confirmar essa tendência.



PARA TRAVAR SEGUNDA ‘ONDA’

Israel decreta confinamento total

O governo de Israel aprovou hoje um confinamento total de três semanas a partir de 18 de Setembro para travar a segunda onda do coronavírus, que atingiu um dos índices de mortalidade mais elevados do mundo na última semana.

Os israelitas não vão poder sair mais longe do que 500 metros a partir do domicílio, o comércio não essencial vai permanecer encerrado e não poderão juntar-

-se mais do que dez pessoas, entre outras restrições no quadro do confinamento.

As autoridades sanitárias do país tinham advertido que haveria um novo confinamento se superassem os 2.000 casos positivos diários, o que não aconteceu, mas, na última semana, já ascenderam a 4.000, com os hospitais em estado de saturação e os casos graves a elevarem-se.

O confinamento vai durar até

9 de Outubro e vai coincidir com três celebrações religiosas muito importantes para os judeus: O RoshHashaná (Ano Novo judeu), Yom Kipur (Dia do Perdão) e o Sucot (os Tabernáculos).

O sector público diminuirá os trabalhadores ao mínimo, e o privado poderá continuar a trabalhar com normalidade, mas não será permitido receber clientes. “Estas medidas têm um custo muito alto para todos nós”, disse o

primeiro-ministro israelita, Benjamín Netanyahu, após anunciar o confinamento e as regras impostas. “Mas só se cumprirmos as regras, e confio que o faremos, derrotaremos o vírus”, acrescentou, antes de entrar no avião para Washington, nos Estados Unidos, para assinar, amanhã, 15 de Setembro, na Casa Branca, os acordos de estabelecimento de laços diplomáticos com os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein.

A CHINA ATINGIU esta segunda-feira 29 dias consecutivos sem registar infeções locais de covid-19, tendo registando, entretanto, nas últimas 24 horas dez casos mas todos oriundos do exterior, informaram as autoridades.

PARA OUTUBRO

Guiné-Bissau adia início do ano lectivo

O Ministério da Educação da Guiné-Bissau adiou, para 05 de Outubro, o início do ano lectivo devido às chuvas torrenciais e por não estarem ainda reunidas as condições para a prevenção da covid-19 nos estabelecimentos de ensino.

Todas as instituições do ensino básico e secundário (públicas, privadas e comunitárias) devem obrigatoriamente cumprir a data, refere um despacho do Ministério da Educação deste país.

O despacho refere ainda que as instituições do ensino básico e secundário devem também cumprir todas as indicações constantes no Plano de Contingência do c Educativo, recomendações do Alto Comissariado para a Covid-19 e das autoridades sanitárias “sob pena de serem sancionadas nos termos da lei”.

A decisão do Ministério da Educação foi divulgada após uma reunião que juntou as associações de pais e encarregados de educação, federação das escolas privadas, organizações sindicais do sector e associações de estudantes e da juventude.

Segundo os últimos dados do Alto Comissariado para a Covid-19, a Guiné-Bissau regista 2.275 casos acumulados, incluindo 39 mortos. Os primeiros casos foram registados em Março.



NOVAS MEDIDAS

Estrangeiros vão cumprir quarentena em casa

Os estrangeiros com visto de trabalho vão poder regressar a Angola e cumprir quarentena em casa, segundo o decreto das novas medidas em vigor na situação de calamidade pública nos próximos 30 dias.

De acordo com o diploma, apesar de Angola manter as fronteiras encerradas para conter a pandemia da covid-19, passam a ser permitidas entradas e saídas do território de profissionais estrangeiros que prestam serviço em Angola e cidadãos com visto de trabalho, sem carecer de qualquer tipo de autorização.

São também admitidas as viagens oficiais, regresso de nacionais e estrangeiros residentes, regresso de estrangeiros, entrada e saída de mercadorias e ajuda humanitária, emergências médicas, escalas técnicas, entrada e saída de pessoal diplomático e consular e transladação de cadáveres, desde que a causa da morte não seja a covid-19.

As entradas e saídas de Angola estão dependentes da realização de teste RT-PCR pré-embarque com resultado negativo, efectuado 72 horas antes da viagem.

O decreto autoriza a retoma gradual de voos domésticos a partir de hoje, 14 de Setembro, e internacionais a partir de 21 de Setembro.



REALIZA COMÍCIO EM AMBIENTE FECHADO

Trump volta a violar as regras sanitárias

O presidente dos Estados Unidos realizou, no domingo, um comício em recinto fechado, indignando as autoridades do estado de Nevada, que advertiram para a possibilidade de violação das recomendações anti-epidémicas.

A concentração, em Henderson, cidade do estado de Nevada, fez disparar as advertências das autoridades locais que lembraram à equipa do candidato eleição à Casa Branca, Donald Trump, que encontros com mais de 50 participantes não são autorizados devido ao novo coronavírus. “A cidade de Henderson enviou uma carta formal e uma advertência verbal à organização do evento, na qual explicava que o evento, tal como programado, violava as directivas de emergência relacionadas com a covid-19 do governador”, declarou a porta-voz da cidade, Kathleen Richards, em comunicado.

Trump aplaudiu, durante o comício em Henderson, nos arredores de Las Vegas, a sua própria gestão da pandemia, que causou já cerca de 195 mil mortos nos Estados Unidos, o número mais elevado do mundo.

“Fizemos um trabalho incrível, não obtivemos qualquer reconhecimento pelo trabalho feito”, disse Trump à multidão concentrada no local, acrescentando que a sua liderança “salvou milhões de vidas”.

No Twitter, o governador do estado, Steve Sisolak, escreveu: “esta noite, o presidente Donald Trump realizou acções irreflectidas e egoístas, que põem incontáveis vidas em perigo, aqui no Nevada”. “Parece que o presidente se esqueceu que o país está ainda, em pleno, em meio a uma pandemia mundial”, sublinhou.

Donald Trump considerou Sisolak (democrata) um “político amador” e pediu à multidão que peça ao “governador para abrir o estado”.

A pandemia privou a campanha presidencial norte-americana dos comícios habituais, mas, a menos de dois meses do escrutínio, Trump e o rival democrata Joe Biden aceleraram o ritmo das presenças públicas.

A equipa da campanha de Trump anunciou que iria medir a temperatura à entrada do encontro e que os participantes iam receber máscaras. “Se é possível juntar-se a

milhares de pessoas que se manifestam nas ruas, jogar num casino ou queimar pequenos comércios em distúrbios, é possível concentrar-se pacificamente, ao abrigo da 1.ª emenda, para ouvir o presidente dos Estados Unidos”, declarou aos jornalistas o director de comunicação da campanha de Donald Trump, Tim Murtaugh.

Em Junho, Trump foi fortemente criticado por ter realizado, em Tulsa, no estado de Oklahoma, um comício em recinto fechado, mais tarde suspeito de estar na origem de um surto de casos de covid-19. A maioria dos participantes não respeitou o distanciamento físico e recusou usar máscaras.

Os casos de covid-19 em Tulsa registaram um forte aumento nas semanas seguintes ao comício, e as autoridades sanitárias locais afirmaram ser “mais que provável” que grandes concentrações de pessoas tenham contribuído para a subida dos casos da doença.

A covid-19 já provocou pelo menos 921.097 mortos e mais de 28,8 milhões de casos de infecção em 196 países e territórios, segundo um balanço da AFP.

Marcas & Estilos



Tudo mais fácil

Cortar, fatiar ou picar em cubos agora é fácil com este conjunto! A tábua de cortar de bambu tem uma base antiderrapante para maior segurança e as bordas arredondadas facilitam o uso como bandeja de serviço. Todas as facas da Leo têm um aço inoxidável afiado com um revestimento antiaderente que desliza.



Tecnologias ecológicas

O Triple Dock é uma estação de recarga minimalista feita à mão, em madeira maciça, com acabamento em óleos e ceras ecológicos para uma aparência natural e premium. Esta base versátil mantém o seu iPhone, AirPods e Apple Watch em segurança no lugar e é facilmente localizável.



AUTOMÓVEL

Julgado pela aparência

Na actualidade, o Kia Seltos é certamente um dos mais compactos e confortáveis modelos de que todos devem estar à procura. O formato remete ao Hyundai Creta, mas o Seltos é maior.

O ar condicionado dispõe de saídas traseiras, bancos ventilados, incluindo o do passageiro, e o carregamento é sem fio para smartphones. O painel tem design interessante, com a tela de 10,25 polegadas em posição de destaque, além de outra de sete que ocupa o centro do quadro de instrumentos.

A potência é 1.6 turbo com injeção directa de 177 cavalos e mudança de dupla embraiagem com sete mudanças, o mesmo do New Tucson. A tracção integral é opcional, para uma máquina fabricada na Índia e na Coreia do Sul.

AGENDA

LUANDA

18 DE SETEMBRO

Vladmiro Gongga realiza um concerto para comemorar o 5.º aniversário de lançamento do 1.º disco, às 18 horas. Apesar de ser 'live', o acesso custa 2.000 kwanzas.

26 DE SETEMBRO

1.ª Edição da Feira Internacional da Moda no Estádio dos Coqueiros, a partir das 16 horas.

ENTRE 6 E 10 DE OUTUBRO

Feira Internacional de Luanda, na Zona Económica Especial (ZEE).

HUÍLA

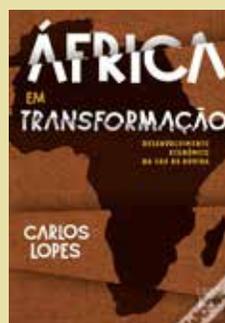
DE 24 A 27 DE SETEMBRO

1.ª Edição da Feira de Escamento da Produção Nacional - AdriHuíla. O evento vai decorrer no recinto da Expo-Huíla, no Lubango.

LIVROS



SOL DA MEIA-NOITE desvenda por fim o mistério. Agora é Edward quem se nos revela. E à medida que conhecemos o seu passado e a complexidade da sua mente, a assombrosa ligação entre os amantes transforma-se em algo totalmente novo e bastante mais sombrio.



EM BUSCA DE SOLUÇÕES e com o foco na industrialização, o economista guineense Carlos Lopes estabelece neste livro os oito ingredientes para uma verdadeira, e necessária, transformação estrutural, e para uma profunda reflexão sobre o significado do desenvolvimento económico na era das dúvidas democráticas, das crises de identidade e das ameaças à sustentabilidade.



TURISMO

Não há igual no mediterrâneo

Blagaj é uma pequena cidade de Mostar, a capital da Herzegovina, dividida entre católicos e muçulmanos. Situa-se à beira da planície de Bišće e é um dos cartões postais da Bósnia e Herzegovina.

Aqui é possível ver a fonte do rio Buna, uma das mais belas da Europa, além de ser um dos melhores exemplos de águas subterrâneas do mundo. A principal atracção é a Tekija, um mosteiro dos anos 1520, com arquitectura de estilo mediterrâneo.

A gastronomia, como no resto dos Balcãs, tem forte influência otomana, marcada por comidas abundantes em carnes, especialmente de vaca.

O Hotel Blagaj, no centro, tem 60 quartos e está equipada com Wi-Fi, ar condicionado e TV a cabo, além do restaurante que oferece especialidades locais e internacionais.

REVELA UM ESTUDO PUBLICADO HOJE NA NATURE SCIENTIFIC REPORTS

Declínio da vida selvagem em Angola deu-se de 1975 a 2002

AMEAÇA. Pelo menos, 36 países em todo o mundo vivem guerras civis e a maioria é financiada por interesses internacionais. Autores do estudo advertem que populações de mamíferos selvagens não conseguirão recuperar enquanto regulamentos de gestão da vida selvagem não forem aplicados.

O número de mamíferos selvagens na principal reserva natural de Angola, na Quiçama, registou um declínio de 77% durante os 27 anos de conflito armado, revela um estudo publicado hoje na revista Nature Scientific Reports.

Tendo como caso de estudo a principal área protegida de Angola, o Parque Nacional e a Reserva de Caça de Quiçama, a investigação analisa, de forma abrangente, o impacto das guerras civis na vida selvagem em países afectados por conflitos em África.

Os investigadores da Universidade de East Anglia (Reino Unido), Universidade Federal da Paraíba (Brasil) e Universidade de Agostinho Neto (Angola) estudaram 26 espécies existentes no Parque Nacional e na Reserva de Caça de Quiçama, tendo concluído que o número de mamíferos selvagens em 20 dessas espécies sofreu uma redução de 77

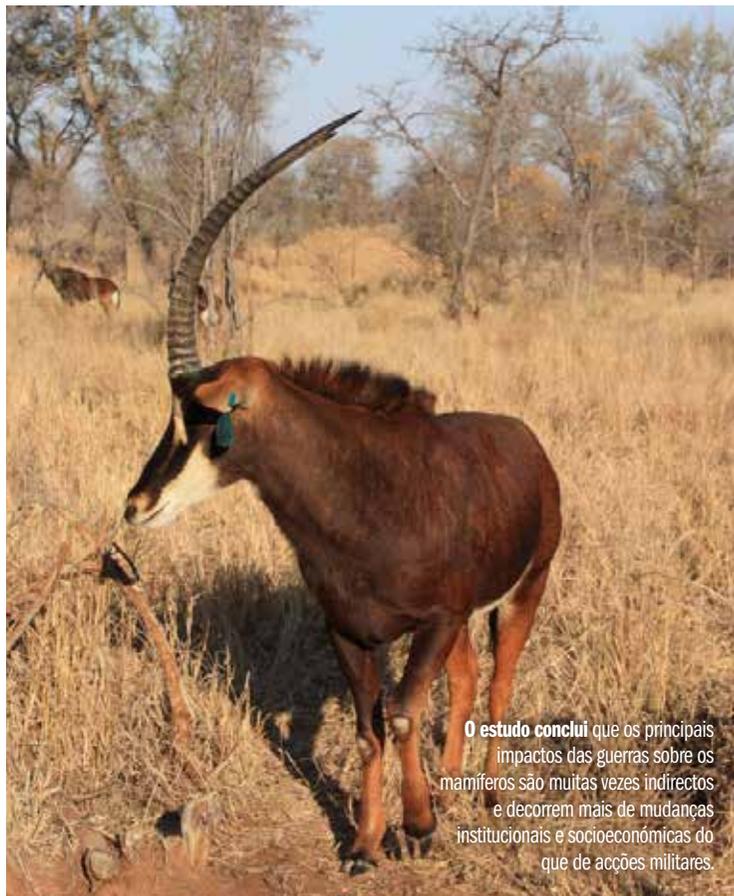
MEMORIZE

● **Cientistas** apelam para a aprovação de “políticas internacionais robustas” que possam prevenir as consequências da guerra, advertindo que a restauração de populações de animais selvagens “pode levar muitas décadas e requerer uma intervenção activa”.

por cento entre 1975 e 2002.

Esta redução foi particularmente significativa nas espécies de grande porte, como os elefantes, e mais em zona de savana do que de floresta. “Este declínio não foi invertido até ao final do período pós-guerra (2002-2017)”, aponta a investigação.

O país alberga pelo menos 275 espécies de mamíferos, muitas delas historicamente caçadas pelas comunidades locais antes, durante e após a guerra civil.



O estudo conclui que os principais impactos das guerras sobre os mamíferos são muitas vezes indirectos e decorrem mais de mudanças institucionais e socioeconómicas do que de acções militares.

O estudo conclui também que os principais impactos das guerras sobre os mamíferos são muitas vezes indirectos, decorrendo mais de mudanças institucionais e socioeconómicas do que de acções militares.

“O aumento do acesso a armas automáticas e a suspensão das patrulhas anti-caça furtiva foram as principais causas do colapso da população de animais selvagens, enquanto a instalação de bases militares dentro de áreas de conserva-

ção, a caça intensiva de mamíferos de grande porte e novos assentamentos de refugiados e deslocados também tiveram um forte impacto nas espécies”, acrescenta. A investigação indica que as guerras civis em países com fraca governação podem ter impactos positivos e negativos na fauna, dependendo do espaço e do tempo, mas assinala que a “tendência geral é negativa”.

“Os países estão a lutar, mesmo em tempos de paz, para proteger os recursos faunísticos, indepen-

dentemente das colossais consequências adversas do colapso da lei e da ordem provocados por uma guerra civil. No entanto, não existem mecanismos internacionais adequados para destacar forças de paz para manter o ‘status quo’ das populações vulneráveis de vida selvagem em regiões conturbadas do mundo”, disse Carlos Peres, da Escola de Ciências Ambientais da Universidade de East Anglia.

Franciany Braga-Pereira, doutoranda em Zoologia da Universidade Federal da Paraíba, que liderou o estudo, enfatizou a “culpabilidade intencional ou inadvertida de potências estrangeiras” nos impactos ambientais prejudiciais dos conflitos armados. “Actualmente, 36 países em todo o mundo estão a viver guerras civis e a maioria destes conflitos ou é alimentada ou financiada por interesses internacionais ou começaram após uma intervenção externa”, disse.

Os autores advertem que, mesmo durante os tempos de paz do pós-guerra, as populações de mamíferos selvagens não conseguirão recuperar enquanto a população rural permanecer armada e os regulamentos de gestão da vida selvagem não puderem ser aplicados.

Por isso, apelam para a aprovação de “políticas internacionais robustas” que possam prevenir as consequências da guerra, advertindo que a restauração de populações de animais selvagens “pode levar muitas décadas e requerer uma intervenção activa”.

A investigação inclui entrevistas com caçadores locais. Revelaram que mamíferos de grande porte como os búfalos vermelhos, a palanca negra ou a palanca vermelha eram alvos preferenciais dos caçadores e tinham sido caçados intensivamente durante a guerra.

Com o esgotamento progressivo destas populações, o interesse dos caçadores foi-se deslocando para espécies mais pequenas como o porco-do-mato ou antílopes de pequeno porte.

Os autores consideram que a guerra civil pode ser “uma espada de dois gumes”, ao provocar o declínio nas indústrias extractivas, tais como petróleo, mineração e agro-negócios, que podem beneficiar a vida selvagem. Por outro lado, as zonas desmilitarizadas e de minas terrestres desencorajam gravemente os assentamentos humanos e os caçadores, criando potenciais refúgios de vida selvagem e áreas de caça e captura proibida.

Homenagem

PUB

Matararam o Salva-Vidas

Só pode ter sido a paulada
Que acabaram com o Dr. Dala
Nesta cena muito mal contada
Porquê que não usaram uma
bala?

Esta estória está muito
manchada
Parece relíquia do fundo da
mala

Matararam a esperança da
criançada

Sim, na esquadra traíram a
sanzala

Rebentaram com gente educada
Um boçal assassinou o Dr. Dala
Só pode ter sido uma porretada.



As crianças de Cabinda
ao Cunene dizem
“descansa em paz, doutor Dala”

**Ariel De Palma (Pseudónimo
Literário)**

Primeiros 13 oradores já confirmados
(em actualização)



Efosa Ojomo

Senior Research Fellow no Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation



Pedro Lopes

Secretário de Estado para a Inovação e Formação Profissional de Cabo Verde



Gadi Lipiner

Consultor e Ex.CEO e fundador de Startups tecnológicas em Israel



Haymée Cogle

Co-founder do Chapter Founder Institute Angola (Luanda)



Lúcia Stanislas

Entusiasta do desenvolvimento, mentora, empreendedora e humanista



Eli David

CEO da StartupBlink



Luis Madureira

Managing Partner da Uberbrand e Consultor de Competitive Intelligence (CI).



Adedeji Ogunnubi

HR Manager na TOTAL E&P Canadá



Vitor Varela

Administrador Executivo no NOSi (Núcleo Operacional da Sociedade de Informação de Cabo Verde)



Diogo Saraiva

Managing Director da Kairos (The Hemera Capital Partners Initiative to Drive Impact)



Patrício Quingongo

Fundador e CEO da Petroangola



Sérgio Alves

Consultor Internacional na Sociedade Portuguesa de Inovação



Sérgio Povoas

Director do Business Angel Club em Portugal

Moderação
(em actualização)



José Bucassa

Director do AiS



Morato Custódio

Business Developer e Project Manager na Multipla Angola



Adrian Vinuales

Co-fundador da Jobartis e da Comunidade de Recursos Humanos Angola (CRH)



Seidou Ndolumingo

Fundador e CEO do Portal de TI

NÚMEROS DA SEMANA

58.400

Toneladas de frutas, quantidade que a fazenda Novagrolider produz anualmente, segundo o presidente do conselho de administração da empresa, João Macedo.

6%

Proporção de comerciantes que dispõem de seguro de saúde e automóvel, segundo um inquérito realizado pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF).

178

É o número de projectos que esperam aprovação da banca no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), segundo o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João.

100

Expositores estarão presentes na primeira edição da feira de escoamento da produção nacional "AgriHuila", que vai decorrer de 24 a 27 deste mês, na cidade do Lubango.

INQUÉRITO À EMPRESA DE SINDIKA DOKOLO

Suposta ligação familiar a Manuel Vicente precipita investigação na Holanda

A Exim Energy BV, empresa de Sindika Dokolo, que participa da Galp Energy esclarece que o inquérito aberto por parte das autoridades holandesas foi motivado por "um artigo jornalístico português que falsamente alegou como facto comprovado o Sr. Eng. Manuel Vicente ser o delfim e sobrinho criado pela irmã do antigo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos".

"O inquérito tem como finalidade averiguar se existem relações familiares que possam ter influenciado a celebração de contratos, parcerias ou relações comerciais entre a empresa Exem ou empresas relacionadas com Sindika Dokolo e a Sonangol (na altura em que o Sr. Eng. Manuel Vicente era PCA da Sonangol)", explica a empresa, em comunicado, acrescentando que "os advogados da Exem já enviaram às autoridades holandesas um esclarecimento informando a total disponibilidade em colaborar com este inquérito".

"Informando ainda que o Sr. Eng. Manuel Vicente não é delfim nem sobrinho de José Eduardo dos Santos", lê-se ainda no comunicado.

A empresa considera ainda "bem-vindo este inquérito que será uma oportunidade para fazer conhecer os factos e esclarecer várias falsidades e alegações infundadas", referindo-se à dívida reclamada pelo Estado com argumento de que a Exem não pagou as suas acções na Esperaza, empresa onde é sócia da Sonangol e por via da qual participou na Amorim na Galp Enernegy.

"Esclareceu-se ainda que a Exem é accionista de 40% da empresa Esperaza, na qual a Sonangol detém 60%. A Exem acordou o investimento e a sua participação na Galp em 2005 com Sr. Américo Amorim, e pagou as suas acções na Esperaza com dois pagamentos, conforme o contrato de compra e venda de acções no valor equivalente a 75 milhões de euros, 11.5 milhões de euros pagos na assinatura do contrato e 64 milhões de euros mais juros pagos em Outubro de 2017 em kwanzas ao câmbio do dia, nada devendo à Sonangol pela entrada no capital da Esperaza e desta na Galp".

A empresa sublinha que "o valor pago em kwanzas foi realizado na sequência do acordo celebrado entre as duas accionistas da Esperaza, Exem e Sonangol, em antecipar o pagamento da dívida para Outubro de 2017, uma vez que a dívida remanescente apenas vencia em Dezembro de 2017".

"Em Janeiro 2018, ou seja quatro meses depois de ter recebido o pagamento da dívida na integralidade, o PCA da Sonangol Carlos Saturnino fez a devolução dos valores indicando não aceitar kwanzas, e informando pretender receber o valor em euros, uma afirmação contrária à prática e pagamentos recebidos pela Sonangol na altura de outras entidades", recorda a assessoria da Exem.

Esta semana, o Ministério Público da Holanda anunciou que abriu uma investigação sobre a Exem Energy BV, sublinhando que se trata de um inquérito lançado por iniciativa holandesa e não a pedido das autoridades angolanas.



Mário Nujetes © VE

DADOS DA EMIS

Recurso ao telemóvel para operações subiu para 3.6 milhões em Agosto

Em Agosto, a Empresa Interbancária de Serviços (Emis, SA) registou 3.6 milhões de operações bancárias efectuadas através do aplicativo Multicaixa Express. As operações foram efectuadas por quase 400 mil utilizadores que usaram a aplicação nos telemóveis para pagamentos, consultas, levantamentos

e transferências monetárias.

Nos próximos tempos, a aplicação beneficiará de melhorias, uma das quais a permissão de gestão de dados pessoais (endereço de e-mail para envio de comprovativo), inclusão do saldo na consulta de movimentos, pagamentos ao Estado com a referência única de 20 dígitos e pré-definição de cartão para a validação de compras online, segundo a Emis.

DISSOLUÇÃO DO BANCO EM CAUSA

BNA exclui Banco Kwanza Invest das operações cambiais

O Banco Kwanza Invest (BKI) foi retirado do rol de unidades a operar no mercado secundário de câmbios pelo Banco Nacional de Angola (BNA) na passada semana. Em causa está, cita fonte ligada à entidade reguladora, o processo de dissolução voluntária da instituição financeira.

Num comunicado emitido em Agosto, isso depois de o BKI convocar uma Assembleia-Geral para abordar a dissolução da sociedade, o BNA recomendou ao banco a não receber novos depósitos, excepcionalmente nos casos de reembolso de créditos ou dívidas de terceiros para com a instituição, de modo a não colocar em risco os clientes e credores.

De acordo com relatórios, em 2018, o banco teve perdas líquidas de 2.378 milhões de kwanzas e, em 2019, de 515,211 milhões.

